



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 265/11

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instituições de educação superior privadas, que ofertarem bolsas de estudos, publicarem os critérios de concessão das referidas bolsas, bem como os nomes dos beneficiados.

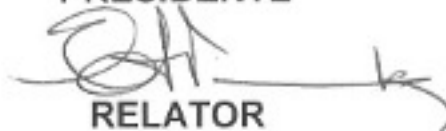
Art. 1º Ficam as instituições de educação superior privadas, que ofertarem bolsas de estudos, obrigadas a publicar, anualmente, via mural, em páginas oficiais da internet e demais meios de comunicação apropriados, os critérios de concessão das referidas bolsas, bem como os nomes dos beneficiados e percentual de valores das mesmas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 2011.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 297/11

Determina que no mínimo 10% das vagas de trabalho das pessoas jurídicas, com fins lucrativos, que forem beneficiadas por incentivo ou isenção fiscal outorgados pelo Estado do Paraná, devam ser reservadas ao primeiro emprego.

Art. 1º As pessoas jurídicas de direito privado que, diretamente ou por meio de consórcios, forem beneficiadas por todo e qualquer incentivo ou isenção fiscal, instituído e outorgado pelo Estado do Paraná, devem reservar vagas de trabalho ao primeiro emprego, na seguinte proporcionalidade:

- I - empresas com 100 a 200 funcionários – 1% (um por cento);
- II - empresas com 201 a 500 funcionários – 2% (dois por cento);
- III - empresas com 501 a 1000 funcionários – 3% (três por cento);
- IV - empresas com mais de 1001 funcionários – 5% (cinco por cento).

Parágrafo único. Compreende-se por primeiro emprego aquele destinado a todas as pessoas que não tenham experiência profissional comprovada em carteira de trabalho ou por contrato de prestação de serviços, independente da idade, salvo restrição legal.

Art. 2º O não cumprimento desta Lei acarreta perda do incentivo ou da isenção fiscal.

Art. 3º No ato de efetivação do incentivo ou da isenção fiscal deverão constar as normas para o atendimento ao disposto nesta Lei.

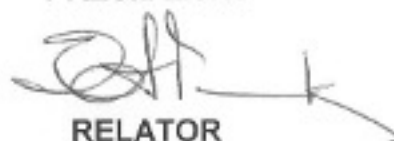
Art. 4º O Poder Executivo deverá regulamentar esta Lei no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 2011.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 634/11

Dispõe sobre obrigatoriedade de as farmácias incluírem bula magistral em medicamentos manipulados.

Art. 1º Esta Lei estabelece a obrigatoriedade de as farmácias incluírem bula magistral em medicamentos manipulados.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se "Bula Magistral" o conjunto de orientações farmacêuticas impressas, de forma separada, que devem acompanhar o medicamento manipulado, observado o disposto no parágrafo único do artigo 2º.

Art. 2º Atendidas às especificações impostas pela legislação federal, além das informações contidas na rotulagem do medicamento, a bula magistral de que trata o artigo anterior deverá conter, ainda, as seguintes informações ao paciente consumidor, que devem ser apresentadas de maneira clara, precisa, ostensiva e em língua portuguesa:

I – COMO DEVO USAR ESTE MEDICAMENTO?;

II – CUIDADOS NA GRAVIDEZ;

III – CUIDADOS NA AMAMENTAÇÃO;

IV – ESQUECI DE USAR O MEDICAMENTO, O QUE DEVO FAZER?;

V – O QUE FAZER SE FOR USADA UMA GRANDE QUANTIDADE DESTE MEDICAMENTO DE UMA SÓ VEZ?;

VI – REAÇÕES INDESEJÁVEIS;

VII – ONDE, COMO E POR QUANTO TEMPO POSSO GUARDAR ESTE MEDICAMENTO?;

VIII – O QUE MAIS DEVO SABER SOBRE ESTE MEDICAMENTO?.

Parágrafo único. Cabe ao órgão de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, definir a forma e o conteúdo das bulas magistrais nos limites do que dispõe esta Lei.

Art. 3º Além das especificações constantes do artigo anterior, a bula magistral deverá conter, no mínimo, as seguintes frases de alerta:

I – manter o medicamento em embalagem original, fechado e guardado longe da luz, do calor e da umidade excessivos;

II – não guardar o medicamento em armários de banheiro ou perto de pias e lavatórios, ou próximo a material de limpeza;

III – manter este medicamento sempre fora do alcance de crianças e animais domésticos;

IV – não usar medicamentos sem orientação profissional;

V – em caso de reações indesejáveis, suspender o uso do medicamento e procurar orientação profissional;

VI – não utilizar o medicamento com data de validade vencida;

VII – não é recomendado o uso de medicamentos durante a gravidez e lactação, sem orientação profissional;

VIII – não ingerir bebida alcoólica durante o tratamento;

IX – em caso de alteração de cor, cheiro, consistência ou sabor, procure seu farmacêutico para esclarecimentos;

X – nunca dê seu medicamento para outra pessoa e vice-versa, apesar de alguns sintomas serem parecidos, o tipo de medicamento e a dose de que cada pessoa necessita podem ser diferentes;

XI – use seu medicamento corretamente, conforme a indicação, a falha no uso do medicamento poderá acarretar problemas e pôr em risco a sua saúde;

XII – o uso deste medicamento com outros medicamentos e alimentos deve seguir orientação profissional.

Art. 4º. Todo o medicamento manipulado deve ser rotulado com: nome do profissional que indicou o medicamento, nome do paciente, número de registro da formulação no Livro de Receituário, data da manipulação, prazo de validade, componentes da formulação com as respectivas quantidades, número de unidades, peso ou volume contido, posologia, nome e endereço completo do estabelecimento, registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, nome do farmacêutico responsável técnico da farmácia com o respectivo número de inscrição junto ao Conselho Regional de Farmácia, observada, ainda, a legislação federal sobre o tema.

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, considera-se que toda a farmácia deva estar sob a responsabilidade técnica direta de um profissional farmacêutico, legalmente habilitado, com responsabilidade pelas informações contidas nas bulas magistrais, no que lhe couber.

•

Art. 6º As farmácias de manipulação terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da publicação da regulamentação, prevista no parágrafo único do artigo 2º, para se adequarem às disposições desta Lei.

Art. 7º O descumprimento desta Lei sujeita o infrator às penas cominadas nas Leis Federais nº 8078/90 e nº 6437/77, bem como na Lei Estadual nº 13331/2001, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 5711/2002, e demais legislações pertinentes.

Art. 8º Fica revogada a Lei nº 16.815, de 20 de maio de 2011.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 787/11

Institui o Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015.

Art. 1º Fica instituído o Plano Plurianual do Estado do Paraná para o período de 2012 a 2015 – PPA 2012-2015, elaborado em consonância com o art. 133 da Constituição Estadual.

Art. 2º O PPA 2012-2015 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental, estruturado em Programas e Iniciativas orientados para a consecução dos objetivos estratégicos.

§ 1º Os Programas e Iniciativas constantes do PPA 2012-2015 estarão expressos, com as mesmas codificações, nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

§ 2º Os Programas representam o elemento de integração entre o Plano e o Orçamento.

§ 3º As iniciativas, quando orçamentárias, correspondem aos projetos, atividades e operações especiais constantes dos orçamentos anuais.

§ 4º As ações orçamentárias serão discriminadas exclusivamente nas leis orçamentárias anuais.

Art. 3º Integram esta Lei os seguintes Anexos:

- I. Programas Finalísticos;
- II. Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado;
- III. Obrigações Especiais;



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

Art. 4º As estimativas de recursos dos Programas e Iniciativas constantes dos Anexos desta Lei são referenciais e foram fixadas de modo a conferir consistência ao Plano Plurianual, não se constituindo em limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias anuais.

§ 1º A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecerá as metas e prioridades para cada ano, promovendo os ajustes eventualmente necessários ao Plano Plurianual, conforme disposto no inciso VI, § 3º do art. 133 da Constituição Estadual.

Art. 5º Os procedimentos orçamentários anuais constituem atualizações automáticas do Plano.

Art. 6º O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e suas alterações, bem como mudanças econômicas e sociais, fica autorizado a:

I. alterar o valor global do Programa (incluir, excluir ou alterar iniciativas orçamentárias e seus respectivos atributos);

II. adequar a quantidade da meta física de iniciativa orçamentária para compatibilizá-la com alterações nos recursos efetivadas pelas leis orçamentárias;

III. incluir, excluir ou alterar iniciativas decorrentes de aprovação de operações de crédito internas e/ou externas, necessárias à execução dos programas financiados, após a assinatura do respectivo contrato, tendo como limite o valor do empréstimo e respectiva contrapartida;

IV. descentralizar recursos dos Programas Especiais previstos na Administração Geral do Estado – Recursos Sob Supervisão da SEPL, mediante a abertura de iniciativas específicas nas Unidades Orçamentárias executoras, por ocasião da formalização dos contratos.

V. incluir iniciativas não orçamentárias.

§ 1º O Plano poderá ser objeto de revisão mediante projeto de lei, sempre que necessário, ressalvado o disposto no *caput* deste artigo.

Art. 7º Cabe à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) estabelecer normas complementares para a gestão, monitoramento e avaliação do PPA 2012-2015.


Art. 8º Passa a integrar a presente Lei o Anexo IV, devendo o Poder Executivo proceder às alterações dele decorrentes no prazo de 30 dias, a partir da sua publicação.




ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

Art. 9º Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 2011.



Dep. NEREU MOURA
Presidente



Dep. CESAR SILVESTRI FILHO
Relator





COMISSÃO DE ORÇAMENTO

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 788/11

Estima a Receita e Fixa a Despesa
para o exercício financeiro de 2012.

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2012, compreendendo:

- I - os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;
- II - o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

SEÇÃO II

DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º A Receita Total apresenta a previsão da Receita Bruta, no montante de R\$ 35.701.243.610,00 (trinta e cinco bilhões, setecentos e um milhões, duzentos e quarenta e três mil, seiscentos e dez reais), e as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, no valor de R\$ 3.251.584.820,00 (três bilhões, duzentos e cinquenta e um milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e vinte reais), ficando a despesa fixada no montante da Receita Líquida prevista em R\$ 32.449.658.790,00 (trinta e dois bilhões, quatrocentos e quarenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, setecentos e noventa reais).



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

Parágrafo único. A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos e o ingresso de Outras Receitas Correntes e de Capital, conforme dispõe o art. 41 da Lei Estadual nº 16.889, de 2 de agosto de 2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias-2012) e a Legislação Estadual nas especificações do Anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

EM R\$ 1,00

1.	RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO BRUTAS	R\$	31.028.227.260
1.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	28.779.741.500
1.2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	2.248.485.760
2.	RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO LÍQUIDAS	R\$	27.776.642.440
2.1.	RECEITAS CORRENTES – BRUTA	R\$	28.779.741.500
2.2.	DEDUÇÕES PARA O FUNDEB (-)	R\$	3.251.584.820
2.3.	RECEITAS CORRENTES – LÍQUIDAS PARA A FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$	25.528.156.680
2.4.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	2.248.485.760
3.	RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, ÓRGÃOS DE REGIME ESPECIAL, FUNDOS, EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DEPENDENTES (EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIAS DO TESOUREO ESTADUAL)	R\$	1.907.862.970
3.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	1.573.130.550
3.2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	334.732.420
4.	RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, PARA O ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIAS DO TESOUREO ESTADUAL)	R\$	2.765.153.380
4.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	1.788.500.020
4.2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	976.653.360
5.	TOTAL DA RECEITA BRUTA	R\$	35.701.243.610
6.	TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA PARA FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$	32.449.658.790
6.1	RECEITAS CORRENTES – BRUTA	R\$	32.141.372.070
6.2	DEDUÇÕES PARA O FUNDEB (-)	R\$	3.251.584.820
6.3	RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS PARA FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$	28.889.787.250
6.4	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	3.559.871.540



Art. 3º A previsão de Receitas do Tesouro inclui os efeitos financeiros da alteração na legislação tributária, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º As despesas condicionadas à aprovação da respectiva alteração na legislação são identificadas por fonte específica nos Quadros de Detalhamento de Despesa.

§ 2º Na estimativa da Receita foram excluídos os valores referentes a diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos à contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o Art. 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

SEÇÃO III

DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, discriminados no Anexo III, estimam a Receita Líquida em R\$ 29.684.505.410,00 (vinte e nove bilhões, seiscentos e oitenta e quatro milhões, quinhentos e cinco mil, quatrocentos e dez reais) e fixam a Despesa em igual valor.

Art. 5º O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, compreendendo as Receitas Próprias e as Receitas de Transferências do Estado, está estimado em R\$ 2.765.153.380,00 (dois bilhões, setecentos e sessenta e cinco milhões, cento e cinquenta e três mil e trezentos e oitenta reais), com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta Lei.

Art. 6º Os Resumos dos Demonstrativos da Despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de Outras Fontes, constam do Anexo II, integrante desta Lei.



Art. 7º As despesas referentes ao pagamento da Dívida Pública Externa e Interna constam do Anexo III desta Lei, especificadas pelas dotações:
3101.28843999.083 – Encargos Gerais da Dívida Pública Interna e
3101.28844999.084 – Encargos Gerais da Dívida Pública Externa.

Art. 8º A Reserva de Contingência consta do Anexo III desta Lei, na dotação 2501.99999999.900 – Reserva de Contingência, no montante de R\$ 109.311.000,00 (cento e nove milhões, trezentos e onze mil reais).

Art. 9º O Programa de Obras custeado com recursos do Tesouro e de Outras Fontes está detalhado no Anexo V desta Lei.

Art. 10. O Anexo de Vinculações de que trata o art. 19, inciso VIII, da Lei Estadual nº 16.889, de 02 de agosto de 2011 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012 - está apresentado no Anexo VI desta Lei.

SEÇÃO IV

DAS CORREÇÕES DOS ORÇAMENTOS

Art. 11. Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado, estabelecidos a preços de 30 de junho de 2011, serão atualizados antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2011, de acordo com o estabelecido no art. 6º da Lei Estadual nº 16.889, de 02 de agosto de 2011.

§ 1º O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa, até 20 (vinte) dias após a correção a que se refere o *caput* deste artigo, as informações sobre o índice utilizado e os valores dos totais por Órgãos, Unidades Orçamentárias e Projetos/Atividades/Operações Especiais.



§ 2º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado, mais as Transferências Federais.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, trimestralmente, a correção dos valores dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária, dando ciência à Assembleia Legislativa.

§ 1º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado, mais as transferências federais.

§ 2º No prazo de 15 (quinze) dias após as correções, o Poder Executivo fornecerá ao Poder Legislativo, os percentuais utilizados na aplicação deste artigo.

SEÇÃO V

DAS AUTORIZAÇÕES PARA ABERTURA DE CRÉDITOS E AJUSTES DE GRUPO DE FONTES, DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO E OBRAS

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado, no que lhe cabe, a:

I - abrir créditos suplementares para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais, com o pagamento da Dívida* Pública, com as Transferências Constitucionais aos Municípios, com Sentenças Judiciais e PASEP, utilizando como recurso as formas previstas no §1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;



II - abrir créditos suplementares até o limite de 2% (dois por cento), decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de Convênios, de Fontes Vinculadas e de Receitas Próprias das Unidades da Administração Indireta, para aplicação em programas aprovados por esta Lei, utilizando como recurso as formas previstas no §1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III - abrir créditos suplementares, nos termos dos incisos I, II, III e IV do §1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para cumprimento de Convênios, Acordos Nacionais e com Agentes Financeiros Internacionais, não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como limite o valor anual dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados;

IV - abrir créditos suplementares, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor global da receita fixada para o exercício de 2012, utilizando como recursos as formas previstas no §1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, de acordo com o disposto no art. 39 da Lei Estadual nº 16.889, de 02 de agosto de 2011 – Lei de Diretrizes Orçamentárias-2012;

V – proceder, até o limite de 10% (dez por cento) das dotações definidas neste Orçamento, a compensação, conversão ou criação de Grupos de Fontes e de Fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei. Não serão computados neste limite os créditos suplementares abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo;

VI - alterar as Modalidades de Aplicação, definidas neste Orçamento, por ato da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei;



VII - alterar o Programa de Obras, orçado nesta Lei em nível de Projetos/ Atividades Orçamentárias, até o limite de 10% (dez por cento), por Unidades Orçamentárias, custeado com Recursos do Tesouro e de Outras Fontes, desde que tecnicamente justificado. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base nos incisos I, II, III e IV deste artigo.

Art. 14. Ficam os Poderes Legislativo e Judiciário, a Defensoria Pública e o Ministério Público autorizados a procederem ajustes nos seus Orçamentos, nos termos da Lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

Art. 15. Fica automaticamente ajustado o Anexo de Vinculações, em decorrência das alterações orçamentárias procedidas com base nas autorizações contidas nesta Lei.

Art. 16. O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembleia Legislativa do Estado, até o décimo quinto dia do encerramento de cada trimestre, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do art. 13 desta Lei.

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelo Estado de Santa Catarina e pelos Municípios de Osasco (SP) e Guarulhos (SP), dos quais o Estado do Paraná é portador.

SEÇÃO VI

DAS CENTRALIZAÇÕES DE RECURSOS

Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à centralização das dotações orçamentárias, alocadas em diversos programas, com a finalidade de atender à aplicação mínima de recursos em função de determinações constitucionais, ou fixadas em outras legislações, e ainda atender às situações decorrentes da otimização administrativa, em especial as referidas nos artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987, bem como, proceder as suas eventuais descentralizações.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

Art. 19. Fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar recursos do Fundo Paraná, mediante a abertura de atividades específicas, através de respectivos créditos adicionais, desde que tal descentralização seja previamente autorizada pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

Art. 20. Fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar os recursos dos Programas Especiais, orçados nesta Lei na Administração Geral do Estado – Recursos Sob Supervisão da SEPL - mediante a abertura de projetos específicos nas Unidades Orçamentárias executoras, por meio de créditos especiais, por ocasião da formalização dos contratos de acordo com o parágrafo único do art. 44 da Lei nº 16.889, de 02 de agosto de 2011.

SEÇÃO VII

DA EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

Art. 21. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do título VI, capítulo I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, atendendo somente às disposições constitucionais do art. 100 e do art. 97 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, inserido pela Emenda Constitucional nº 62, em relação às Receitas Tributárias, definidas no Anexo I desta Lei.

SEÇÃO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de 20 (vinte) dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa do Estado os Quadros de Detalhamento de Despesa especificando por Projetos/Atividades/Operações Especiais, os elementos de



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

despesa e os respectivos desdobramentos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores na forma do disposto no art. 11 desta Lei.

Art. 23. Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar, para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de Órgãos e/ou Unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta Lei.

Art. 24. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais no Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta e no Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, decorrentes de transformações aprovadas por lei.

Art. 25. O saldo financeiro, incluindo sua remuneração, verificado em 31.12.2011, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado, impreterivelmente, até 31.01.2012.

Art. 26. As Unidades Orçamentárias da Administração Indireta, do Poder Executivo, compreendendo as Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas Dependentes, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 30 (trinta) dias após o encerramento do Balanço Geral do Estado de 2011, 80% (oitenta por cento) dos respectivos Superávits Financeiros apurados em seus Balanços Patrimoniais do exercício de 2011, conforme disposto no art. 37 da Lei nº 16.889, de 02 de agosto de 2011.

§ 1º – Ficam excluídas das exigências do contido no caput deste artigo as seguintes Unidades Orçamentárias: Instituições de Ensino Superior vinculadas à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Fundos Estaduais e a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA.

§ 2º – Os recursos obtidos em decorrência da aplicação do disposto no caput deste artigo, cuja origem seja de recursos vinculados, deverão ser utilizados em ações prioritárias do Governo Estadual, no Órgão da vinculação de origem, com exceção do disposto no § 1º deste artigo.

9



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

Art. 27. Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar até R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais) de recursos provenientes do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, dos quais até R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) deverão ser repassados à Secretaria de Estado da Segurança Pública e até R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, para complementação dos recursos destinados à cobertura do Sistema de Assistência à Saúde.

§ 1º Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, de que trata o *caput* deste artigo, poderão ser provenientes do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2011 ou da arrecadação do DETRAN, efetivada durante o exercício de 2012.

§ 2º Os recursos de que trata o *caput* deste artigo, bem como os recursos do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, repassados ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER, para cumprimento da programação apresentada no Anexo III desta Lei, ficam excluídos da exigência contida no art. 6º da Lei Estadual nº 7.811, de 29 de dezembro de 1983, publicada no Diário Oficial do Estado de 30 de dezembro de 1983.

Art. 28. Os recursos, destinados à execução de ações voltadas à área de saúde, estão alocados na Unidade Orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FUNSAUDE, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde, de acordo com as determinações contidas na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000.

Art. 29. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no Orçamento do exercício de 2012, na programação da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, reforço de dotação orçamentária para prevenção e recuperação de toxicômanos e alcoólatras e subvenção de institutos e entidades de combate às drogas, o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 30. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no Orçamento do exercício de 2012, na programação da Secretaria de Estado da Segurança Pública, reforço de dotação para despesa de pessoal da Polícia Militar, o valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 31. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no Orçamento do exercício de 2012, na programação da Casa Civil - dotação 1381.17511214.802 - SANEAMENTO RURAL - reforço de dotação para implantação de ações destinadas ao Saneamento Rural, o valor de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 32. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no Orçamento do exercício de 2012, na programação da Secretaria de Estado do Turismo - dotação 6302.23695054.241 - GESTÃO ESTRATÉGICA DO TURISMO - o valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), destinados a iniciar a implementação das ações previstas nos PDITS do PRODETUR PARANÁ, utilizados como recursos o excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 33. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no Orçamento do exercício de 2012, na programação da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - dotação 6502.20541044.256 - GESTÃO DE USO E MANEJO DOS RECURSOS NATURAL - reforço de dotação para a



recuperação de trafegabilidade das estradas rurais, o valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 34. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no Orçamento do exercício de 2012, na programação da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - dotação 6502.20541044.256 – GESTÃO DE USO E MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS - reforço de dotação para a aquisição de insumos, objetivando o manejo e correção do solo, o valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 35. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no Orçamento do exercício de 2012, na programação da Casa Civil - dotação 1301.04122403.004 – APOIO ÀS AÇÕES DO SECRETÁRIO ESPECIAL PARA ASSUNTOS ESTRATÉGICOS - reforço de dotação para os telecentros em bibliotecas cidadãs, o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 36. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no Orçamento do exercício de 2012, na programação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – dotação 6702.15451024.271 - DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL INTEGRADO - recursos para infraestrutura do litoral paranaense, o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

12



Art. 37. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais ao Orçamento Geral do Estado até o limite de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), referentes à participação do Governo do Estado no exercício de 2012, na implantação do Sistema de Metrô no Município de Curitiba.

Art. 38. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no Orçamento do Órgão Defensoria Pública a Unidade Orçamentária Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado do Paraná – FADEP, criado pela Lei Complementar nº 136/2011 de 19 de maio de 2011, antes do início da execução orçamentária de 2012.

Art. 39. Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para consignar, no Orçamento do exercício de 2012, recursos no valor de R\$ 574.473.860,00 (quinhentos e setenta e quatro milhões, quatrocentos e setenta e três mil, oitocentos e sessenta reais), para atendimento das programações estabelecidas no Anexo X desta Lei, utilizando como recursos o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2011 ou da arrecadação do DETRAN, efetivada durante o exercício de 2012, bem como do excesso de arrecadação da receita com impostos, conforme disposto no Inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 40. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no Orçamento do exercício de 2012, na programação da Secretaria de Estado da Segurança Pública, reforço de dotação para despesa de pessoal da Polícia Civil, o valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), provenientes do excesso de arrecadação da receita com impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43º da lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 41. Passam a integrar a presente Lei os Anexos VII, VIII, IX, X.

Parágrafo único. As alterações decorrentes dos Anexos VII e VIII deverão ser implementadas no prazo de 30 dias, a partir da sua publicação.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY

Art. 42. Esta Lei entra em vigor em 01 de janeiro de 2012.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 2011.


Dep. NEREU MOURA
Presidente


Dep. ELIO RUSCH
Relator


Germano Ben

Rosa

Carlos Siqueira Filho





COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 847/11

Cria a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR, conforme específica.

Art. 1º É criada a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR, entidade autárquica dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio e receitas próprios e autonomia administrativa, técnica e financeira, nos termos do artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 8.485, de 3 de junho de 1987, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB.

§1º A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná terá sede e foro na cidade de Curitiba e atuará no território do Estado do Paraná, podendo instalar unidades administrativas descentralizadas.

§2º A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná gozará dos privilégios e das isenções próprias da Fazenda Pública do Estado e de imunidade de impostos sobre seu patrimônio, receitas e serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.

Art. 2º A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná tem por finalidade a promoção da defesa agropecuária e da inspeção sanitária dos produtos de origem animal, a prevenção, o controle e a erradicação de doenças dos animais e de pragas dos vegetais de interesse econômico ou de importância à saúde da população e assegurar a segurança, a regularidade e a qualidade dos insumos de uso na agricultura e na pecuária.

Parágrafo único. Constitui, também, finalidade da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, o exercício das funções de entidade que estabelecerá e fiscalizará o cumprimento das ações, dos procedimentos, das proibições e das imposições que importem à defesa sanitária animal e vegetal, à inspeção de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal e à qualidade dos insumos destinados à produção e uso agropecuários, a critério das autoridades técnicas.

Art. 3º Compete à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná:

I – propor, planejar, coordenar, supervisionar, promover e fiscalizar políticas, programas, ações e procedimentos de defesa agropecuária que importem à saúde humana e ao bem-estar animal, à sanidade animal e vegetal, à qualidade higiênico-sanitária dos produtos e subprodutos de origem animal ou vegetal, comestíveis ou não comestíveis, ao comércio e à qualidade intrínseca e extrínseca dos insumos utilizados nas explorações agropecuárias e dos produtos destinados à alimentação animal;

II – promover e fiscalizar a preservação e o uso do solo agrícola;

III – fiscalizar a certificação sanitária animal e vegetal e o trânsito de animais e vegetais e de produtos e insumos agropecuários;

IV – estabelecer normas, padrões, critérios e procedimentos técnicos de defesa agropecuária, de inspeção sanitária, de rastreabilidade, de classificação, de credenciamento e descredenciamento de prestadoras de serviços afins à defesa agropecuária e de certificação de estabelecimentos, matérias primas, insumos agropecuários e produtos e subprodutos de origem animal e vegetal;

V – instituir e manter o cadastro de propriedades, estabelecimentos comerciais de insumos agropecuários, de empresas prestadoras de serviços afins à defesa agropecuários;

VI – credenciar, fiscalizar e auditar laboratórios de análise de produtos e insumos agropecuários e de entidades certificadoras de produtos e serviços de defesa agropecuária;

VII – implantar, coordenar e manter a Rede Estadual de Informação de Defesa Agropecuária – REIDA para integrar as ações de entidades promotoras da defesa, inspeção e certificação agropecuárias;

VIII – acompanhar e disciplinar, em caráter normativo e em sua esfera de competências, o Sistema Estadual de Defesa Agropecuária – SEDA;

IX – celebrar, nas condições que estabelecer, termos de compromissos e ajustes de conduta e fiscalizar o cumprimento;

X – promover a educação conservacionista e sanitária e a divulgação da legislação e serviços de defesa agropecuária;

XI – apurar e punir infrações à legislação das relações de consumo no âmbito de suas finalidades.

Parágrafo único. As ações e os procedimentos de defesa agropecuária, de inspeção sanitária dos produtos e subprodutos de origem animal e vegetal e de garantia da qualidade dos insumos agropecuários são considerados de interesse público.

Art. 4º Para cumprir suas competências a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná poderá:

I - celebrar convênios, acordos ou contratos e congêneres com pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ou público, nacionais, internacionais e estrangeiras;

II - prestar serviços a órgãos e entidades dos setores privado e público e a pessoas físicas e jurídicas, nacionais, internacionais e estrangeiras;

III - cobrar emolumentos correspondentes à prestação de serviços a pessoas físicas e jurídicas, órgãos e entidades dos setores privado e público nacionais, internacionais e estrangeiros, cujos valores serão propostos pela Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, e fixados por Decreto do Poder Executivo Estadual;

IV - promover a inscrição de seus créditos em dívida ativa e efetuar a sua cobrança judicial;

V - contratar a aquisição de bens, obras e serviços comuns.

Art. 5º A organização básica da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná é constituída:

I - Conselho de Administração;

II - Diretor Presidente;

III - Diretores Auxiliares.

Art. 6º O patrimônio da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná é constituído por:

I - bens e direitos que lhe forem conferidos pelo Estado ou que venha a adquirir ou incorporar;

II - doações e legados de pessoas físicas e jurídicas, nacionais, internacionais e estrangeiras;

III - outros bens não expressamente referidos vinculados ao exercício de suas atividades.

Parágrafo único. No caso de extinção da autarquia, seus bens, direitos e acervo técnico-científico passarão a integrar o patrimônio da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento ou da entidade que a suceder.

Art. 7º Constituem receitas da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná:

I - as dotações orçamentárias e os créditos especiais adicionais originários do Tesouro do Estado;

II - as transferências de recursos consignados nos orçamentos da União, do Estado e dos Municípios;

III - as receitas provenientes ou decorrentes da prestação de serviços, na forma prevista em decreto;

IV - os recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

V - as subvenções, as doações, os legados e as contribuições de pessoas de direito público ou privado nacionais, estrangeiras ou internacionais;

VI - as receitas da aplicação de recursos financeiros;

VII - o produto da venda de publicações técnicas;

VIII - as rendas patrimoniais, inclusive juros e dividendos;

IX - os recursos oriundos da exploração e alienação de bens patrimoniais;

X - as taxas e multas provenientes do exercício do poder de polícia administrativa;

XI - o produto da alienação de bens utilizados na prática de infrações à legislação de defesa agropecuária e inspeção sanitária;

XII - os bens apreendidos nas fiscalizações e incorporados ao patrimônio por decisão judicial;

XIII - os créditos da cobrança judicial de sua dívida ativa;

XIV - outras rendas de qualquer natureza.

Art. 8º A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná disporá de quadro próprio de pessoal, constituído de cargos de provimento efetivo de Fiscal de Defesa Agropecuária e de Assistente Agropecuário e cargos de provimento em comissão.

Art. 9º São criados 600 (seiscentos) cargos de provimento efetivo de Fiscal de Defesa Agropecuária e 600 (seiscentos) cargos de Assistente Agropecuário.

Art. 10. São criados os seguintes cargos de provimento em comissão da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná:

I - 1 (um) cargo de Diretor Presidente, símbolo DAS-1;

II - 2 (dois) cargos de Diretor, símbolo DAS-2;

III - 1 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-4

IV - 3 (três) cargos de Assessor, símbolo DAS-5;

V - 1 (um) cargo de Chefe de Gabinete, símbolo DAS-5;

VI - 12 (doze) cargos de Gerente, símbolo 1 C.

Art. 11. É criada a Função Comissionada de Confiança - FCC, de valor absoluto reajustável nos termos da lei de revisão geral anual, exclusiva a servidores que desempenham suas atividades na Agência de Defesa Agropecuária do Paraná e que cumulativamente exerçam as

atribuições de Coordenação de Área ou de Supervisão Regional, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 12. O servidor da Carreira de Fiscalização da Defesa Agropecuária e o Agente Profissional do Quadro Próprio do Poder Executivo, distinguidos Fiscais de Defesa Agropecuária, no desempenho de suas atividades na Agência de Defesa Agropecuária do Paraná têm assegurado livre acesso à documentação e aos locais onde se processam, em qualquer fase, a produção, a industrialização, o beneficiamento, o comércio, a guarda, o depósito, o uso, o transporte de animais e vegetais, seus produtos e subprodutos, de insumos agropecuários e de quaisquer outros bens capazes de expor a risco a sanidade agropecuária.

Art. 13. Ficam instituídas as seguintes vantagens, com aplicação exclusiva aos servidores integrantes do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, no cargo de Agente Profissional e Agente de Execução, lotados no Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária - DEFIS, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, conforme o Anexo II desta Lei:

I - Adicional de Atividade de Fiscalização Agropecuária - AAFA: retribuição financeira, fixada em valor absoluto, de natureza permanente, exclusiva para o cargo de Agente Profissional, relativa ao caráter penoso, perigoso, insalubre e com risco de vida, incorporável na forma da legislação previdenciária vigente, sendo vedado o recebimento de qualquer outra vantagem com a mesma natureza;

II - Adicional de Atividade Auxiliar de Fiscalização Agropecuária - AAFA: retribuição financeira, fixada em valor absoluto, de natureza permanente, exclusiva para o cargo de Agente de Execução, funções de Técnico de manejo e Meio Ambiente e Técnico de Laboratório, relativa ao caráter penoso, perigoso, insalubre e com risco de vida, incorporável na forma da legislação previdenciária vigente, sendo vedado o recebimento de qualquer outra vantagem com a mesma natureza.

Parágrafo Único. Os adicionais de Atividade de Fiscalização Agropecuária e Atividade Auxiliar de Fiscalização Agropecuária sofrerão reajuste ou aumento no mesmo percentual previsto na Lei de Revisão Geral Anual.

Art. 14. Os recursos financeiros provenientes das ações de que trata a presente lei recolhidos ao Fundo de Equipamento Agropecuário - FEAP, instituído pela Lei nº 823, de 30 de novembro de 1951, serão anualmente revertidos à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná.

Art. 15. O Poder Executivo é autorizado a abrir um crédito adicional, em conformidade com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para implementar a presente lei.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 2011.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR

ANEXO I

FUNÇÃO COMISSIONADA DE CONFIANÇA – FCC

DENOMINAÇÃO	Nº DE FUNÇÕES	VALOR (R\$)
Coordenador de Área	45	800,00
Supervisor Regional	26	600,00

ANEXO II

ADICIONAL DE ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO

CARREIRA	CARGO	FUNÇÃO	VANTAGEM	VALOR (R\$)
QPPE	AGENTE PROFISSIONAL	BIÓLOGO	ADICIONAL DE ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA - AAFA	2.396,25
		ENGENHEIRO AGRÔNOMO		
		MÉDICO VETERINÁRIO		
	AGENTE DE EXECUÇÃO	TÉCNICO DE MANEJO E MEIO AMBIENTE ----- TÉCNICO DE LABORATÓRIO	ADICIONAL DE ATIVIDADE AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA - AAFM	905,25



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 849/11

Declara de Utilidade Pública o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Paraná.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Paraná.

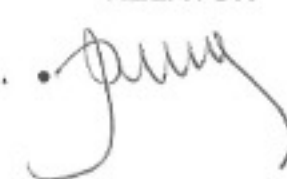
Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR







COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Resolução nº 029/11

Aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito das Espionagens da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, suas conclusões e encaminhamentos.

Art. 1º Fica aprovado o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito das Espionagens da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, constituída pelo Ato do Presidente nº 001/2011, suas conclusões e encaminhamentos.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE




RELATOR





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18

D.L.

Fls. 01

PROJETO DE LEI nº

291/11



Súmula: Estabelece a obrigatoriedade dos Hospitais do Estado do Paraná a afixar, em lugar visível, a lista dos médicos plantonistas e do responsável pelo plantão.

Art. 1º Ficam os hospitais, casas de saúde, pronto-socorros e ambulatórios localizados no Estado do Paraná, obrigados a divulgar em local visível, nas entradas principais e de acesso ao público, o nome completo do médico, número do registro profissional, especialidade, bem como, os nomes dos responsáveis administrativos e dos médicos responsáveis pela chefia de plantão, além dos dias e horários dos plantões médicos.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 2011.

PR. EDSON PRACZYK

Deputado Estadual / PRB

127 06/04/2011 08:17:43 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" Mt 3:18

Fls. 02

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o público em geral tem necessidade de saber quem são os médicos responsáveis pelas chefias de plantão, bem como, quais são os médicos plantonistas e suas respectivas especialidades, é de suma importância tal divulgação através de painel nas entradas principais e de acesso ao público nos hospitais, Casas de Saúde, pronto-socorros e ambulatórios localizados no Estado do Paraná.

Tal proposição representa significativa melhoria na qualidade dos serviços, de saúde pública, prestados à população paranaense.

Há também de se destacar a existência de inúmeras queixas de que o problema da saúde seria resolvido com o aumento de verbas públicas, no entanto a falta de controle dos plantões médicos figura como um dos principais responsáveis pela defasagem da saúde pública.

Os recentes casos dos falsos médicos, que estaremceram a opinião pública, deixa claro que há trocas irregulares de plantão, muitas vezes por profissionais não habilitados.

Não são poucas as vezes em que o cidadão, necessitado de um atendimento médico adequado, não consegue ser atendido com êxito no nosso estado e no nosso país, pela ausência de profissionais que deveriam naquele momento estar nas unidades de saúde.

A proposta deste Projeto de Lei, é possibilitar maior transparência e democratização do acesso a informação, através da exigência de quadros afixados nas salas de espera de todos os hospitais, prontos-socorros e unidades básicas de saúde que contenham dados como nome completo do médico, número do registro profissional, especialidade, além dos dias e horários dos plantões. Desta forma, o cidadão terá os instrumentos e as informações necessária para fazer valer os seus direitos quando se deparar com alguma situação que fere a garantia à saúde.

Além de possibilitar aos usuários o conhecimento de nomes e dados dos profissionais escalados, tal medida auxiliará também as equipes médicas que terão acesso rápido e fácil aos colegas que estão de plantão

O projeto apenas reforça alguns princípios basilares da administração pública que pregam pela fiscalização, transparência e controle social.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18

D. L.

Fla. 03

Certamente haverá diminuição do número de ausências dos médicos após a divulgação dos seus dados aos pacientes. A publicidade e a transparência dos dados, através de quadros afixados nas salas de espera de todas as unidades públicas de saúde, fará com que a população carente, sem acesso à internet, possa reivindicar pelos seus direitos e maximizar, assim, os resultados positivos já obtidos com a ação do Governo Estadual.

Dessa forma, com fulcro no artigo 53 "caput" e inciso X que assim dispõe: "***Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:***

X – criação, e definição de atribuições das Secretarias de Estado".

E diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta Augusta Casa de Leis, para a aprovação do presente projeto de lei.



PARECER AO PROJETO DE LEI N. 291/2011
DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

AUTORIA: DEPUTADO EDSON PRACZYK

SÚMULA: "Estabelece a obrigatoriedade dos Hospitais do Estado do Paraná a afixar, em lugar visível, a lista dos médicos plantonistas e do responsável pelo plantão".

EMENTA: REAPRESENTAÇÃO DE PROJETO. SAÚDE. LISTA DOS MÉDICOS PLANTONISTAS EM LUGAR VISÍVEL. PARECER FAVORÁVEL.

I. RELATÓRIO

O presente parecer tem por objeto a análise do Projeto de Lei nº 291/2011, de autoria do ilustre Deputado Edson Praczyk, o qual dispõe sobre a obrigatoriedade dos Hospitais do Estado do Paraná a afixar em lugar visível a lista dos médicos plantonistas e do responsável pelo plantão.

É consabido, cabe à Comissão de Constituição e Justiça, de acordo com o Regimento Interno desta Casa, em seu artigo 33, §2º, manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa.



II. VOTO

Inicialmente, cumpre gizar o artigo 66, estabelece como competência privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre as Secretarias de Estado:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV – criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgão da administração pública. (Grifo nosso).

Nesse sentido o projeto de lei em análise não possui a finalidade de criação, estruturação ou atribuição de competência das Secretarias de Estado, mas, tão somente visa destinar segurança àqueles pacientes atendidos nos plantões médicos dos hospitais do Estado do Paraná, demonstrando através de listagem fixada em local visível, nome dos médicos responsáveis, haja vista tantos acontecimentos ocorridos no Brasil nos últimos tempos acerca de médicos falsos.

A Constituição Federal também prevê em seu artigo 24, que “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:”

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde; (...)

Deste modo tratando do tema relativo à competência



legislativa, concorrente, a Carta Política, em seu art. 24 e parágrafos, limitou a União ao estabelecimento de normas gerais, reservando aos Estados e ao DF a possibilidade de legislar atendendo às suas peculiaridades.

Também, diante da análise da legitimidade e competência para propositura do projeto de lei, a teor do artigo 124 do RI, o Projeto de Lei em comento não está dentre as matérias privativas do Executivo.

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer restrição.

III. PARECER

Assim sendo, o Projeto de Lei em comento, sob os aspectos constitucionais, jurídicos e legais, merece análise favorável.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 2011.


Deputado Nelson Justus
Presidente


Deputado Hermas Junior
Relator

Gabinete Deputado Hermas Junior
Praça Nossa Senhora de Salette s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911
Gabinete 302 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4170
Site: www.hermasjunior.com.br e-mail: contato@hermasbrandaojr.com.br



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 291/2011

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Nereu Moura que ficam os hospitais, casas de saúde, pronto-socorros e ambulatórios localizados no Estado do Paraná, obrigados a divulgar em local visível, nas entradas principais e de acesso ao público, o nome completo do médico, número do registro profissional, especialidade, bem como, os nomes dos responsáveis administrativos e dos médicos responsáveis pela chefia de plantão, além dos dias e horários dos plantões médicos.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo a transparência no acesso de informações, através de quadros afixados nas salas de espera de todos os hospitais, pronto-socorros e unidades básicas de saúde que contenham dados como nome completo do médico, número do registro profissional. Desta forma, o cidadão terá os instrumentos e as informações necessária para fazer valer os seus direitos quando deparar com alguma situação que fere a garantia à saúde.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, 06/07/11


DR. BATISTA
Presidente


Nereu Moura
Relator

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Leonaldo Paranhos
Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Membros Titulares: Deputado Cleiton Kielse - Deputado Nereu Moura
Deputado Pedro Lupion - Deputada Rose Litro - Deputado Péricles de Melo

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Parecer ao Projeto de Lei n. 291/2011

Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Saúde, veio o Projeto para parecer desta Comissão de Defesa do Consumidor:

Com efeito, o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná assevera que:

Art. 33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.

Neste sentido, propõe o Deputado Estadual PR Edson Praczyk a obrigatoriedade legal "dos hospitais do Estado do Paraná a afixar, em lugar visível, a lista dos médicos plantonistas e do responsável pelo plantão".

Assim, esta Comissão está de acordo com a justificativa apresentada pelo Deputado proponente, de que a ciência por parte dos consumidores do nome dos médicos responsáveis pelo atendimento nos hospitais trará segurança quanto à um melhor atendimento e responsabilização.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Paranhos

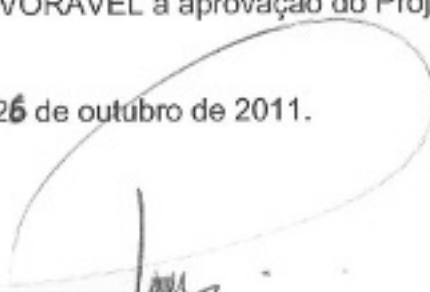
Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Cleiton Kielse, Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion, *Vis.*
Deputado Péricles de Holleben Mello e Deputada Rose Litro



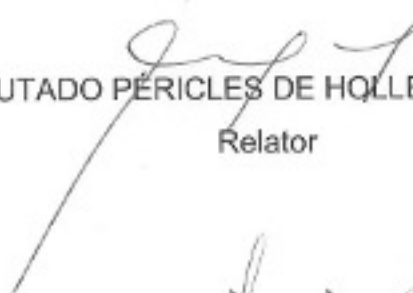
Assim, é o parecer FAVORÁVEL à aprovação do Projeto de Lei nº 291/2011.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2011.



DEPUTADO PARANHOS

Presidente



DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO

Relator






ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury

**EMENDA ADITIVA
AO PROJETO DE LEI N.º 291/2011**

EMENDA 01
Plenário - DA
Em 09 NOV. 2011
[Assinatura]

Fica acrescido o artigo 2º ao Projeto de Lei nº 291/2011, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, com a seguinte redação:

"Art. 2º O descumprimento das obrigações estabelecidas na presente lei sujeitará o infrator às mesmas sanções administrativas previstas no artigo 56, da Lei Federal nº 8078, de 11 de setembro de 1990."

Sala das Sessões em, 09/11/11

Accor
[Assinatura]
[Assinatura]

MARCELO RANGEL
Deputado Estadual

[Assinatura]
PRACZYK



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 291/11

Projeto de Lei nº 291/11

Autor da emenda: Deputado Marcelo Rangel

Súmula: Estabelece a obrigatoriedade dos hospitais do Estado do Paraná a afixar, em lugar visível, a lista dos médicos plantonistas e do responsável pelo plantão.

EMENTA: ACRESCE ARTIGO 2º AO PROJETO DE LEI Nº 291/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 29, 33, 137, 138 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. ANÁLISE PRÉVIA PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA SUBEMENDA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, tinha como objetivo estabelecer a obrigatoriedade dos hospitais do Estado do Paraná a afixar, em lugar visível, a lista dos médicos plantonistas e do responsável pelo plantão, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Hermas Brandão Júnior.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Aditiva, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

•

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como aditiva, vide §4º deste mesmo artigo, aquela proposição que se acrescenta à outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra. (grifo nosso).

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Porém, com o objetivo de proporcionar uma melhor técnica legislativa a presente emenda, propõe-se a seguinte subemenda, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(grifos nossos)

Neste sentido dispõe o art. 138 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 138. A emenda apresentada a outra denomina-se subemenda.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Aditiva proposta pelo Deputado Marcelo Rangel, na forma da **SUBEMENDA** em anexo.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

Presidente


DEPUTADO EDSON PRACZYK

Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL A EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO 01 AO PROJETO DE LEI Nº 291/2011

Com fulcro no que autoriza os artigos 138 e 141, inciso II do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Subemenda, a qual visa alterar a Emenda Aditiva de Plenário 01 de autoria do Deputado Marcelo Rangel que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Ficam os hospitais, casas de saúde, pronto-socorros ambulatoriais localizados no Estado do Paraná, obrigados a divulgar em local visível, nas entradas principais e de acesso ao público, o nome completo do médico, número do registro profissional, especialidade, bem como, os nomes dos responsáveis administrativos e dos médicos responsáveis pela chefia de plantão, além dos dias e horários dos plantões médicos.

Art.2º. O descumprimento das obrigações estabelecidas na presente Lei sujeitará o infrator às mesmas sanções administrativas previstas no artigo 56, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art.3º. O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art.4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

Presidente


DEPUTADO EDSON PRACZYK

Relator


Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



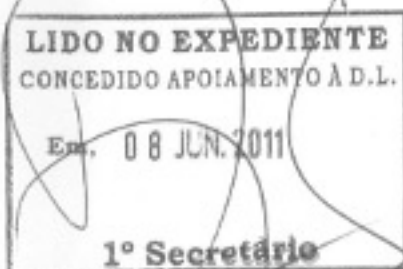
DEP. NEY LEPREVOST
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

02

PROJETO DE LEI N.º 432/11



EMENTA: Estabelece que as operadoras de telefonia celular e os fabricantes de aparelhos celulares e acessórios, no âmbito do Estado do Paraná, deverão alertar seus usuários sobre a possibilidade de danos à saúde.

Art. 1.º - Esta lei estabelece que operadoras de telefonia celular e fabricantes de aparelhos celulares e acessórios, no âmbito do Estado do Paraná, deverão alertar seus usuários de que o uso excessivo desses equipamentos pode causar câncer.

§ 1.º - A propaganda desses equipamentos nos meios de comunicação deverá conter advertência escrita e, quando se tratar de rádio e televisão, escrita e falada, com o seguinte conteúdo: "ADVERTÊNCIA: O uso excessivo de aparelhos de telefonia celular pode causar câncer".

§ 2.º - As embalagens, os pôsteres, os painéis e os cartazes que façam difusão ou propaganda de aparelhos, planos e promoções vinculados a telefonia celular deverão conter a advertência mencionada no parágrafo anterior.

§ 3.º - O texto da advertência referido no § 1.º deverá estar afixado em local de fácil visualização e com tamanho compatível com as dimensões do objeto.

Art. 2.º - O descumprimento do disposto no artigo anterior implicará na aplicação de multa às operadoras de telefonia celular e fabricantes de aparelhos celulares e acessórios, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por produto comercializado ou lote produzido ou peça publicitária veiculada no Estado do Paraná, acrescida de um terço na reincidência.

Art. 3.º - A fiscalização do cumprimento desta lei e de seus regulamentos fica sob responsabilidade dos órgãos de defesa do consumidor do Estado e dos Municípios.

Art. 4.º - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei no prazo de 90 (noventa) dias.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná D. L.

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Fls. 03

Art. 5.º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

NEY LEPREVOST
DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA

Primeiramente vimos salientar a constitucionalidade da presente proposição, uma vez que se tenciona com esta defender o direito à informação por parte dos consumidores, no que dispõe a carta magna:

"Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (...)

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.(...)"

Consoante a matéria veiculada na Gazeta do Povo em 1.º de junho de 2011, fls. 4, do caderno Vida e Cidadania, editor responsável Sérgio Luis de Deus: "Telefones celulares podem causar câncer". A conclusão está em um relatório divulgado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) ontem na França e vem ao encontro de hipóteses levantadas por diversos pesquisadores na última década. O estudo realizado por uma equipe de 31 cientistas de 14 países analisou centenas de pesquisas sobre as consequências da exposição a campos eletromagnéticos, como os emitidos pelos aparelhos celulares. O relatório completo sai no dia 1.º de julho no site da revista científica *The Lancet Oncology*, internacionalmente reconhecida por reunir pesquisas da área oncológica.

Segundo o estudo da OMS, o uso de celular possivelmente leva a casos de glioma (um tipo de câncer no cérebro) e neuroma do acústico (um tumor benigno entre o ouvido e o cérebro).

"A OMS demorou muito para lançar este alerta, um tempo importante se considerarmos que há mais de 5 bilhões de usuários de celulares no mundo", diz o professor doutor Álvaro Augusto Almeida de Galles, da Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que pesquisa os efeitos biológicos das ondas eletromagnéticas desde a década de 1980. "Há na literatura

JUSTIFICATIVA



O Presente projeto de lei visa, instituir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, o Dia Estadual de Prevenção aos Acidentes Vasculares Cerebrais – AVC.

Considerada a doença cardiovascular mais frequente na população, especialmente em idosos. Além de ser a principal causa de acidente vascular cerebral (AVC, conhecido como derrame cerebral), a hipertensão arterial está diretamente relacionada ao infarto do miocárdio (ataque cardíaco) e à insuficiência cardíaca (falência do coração ao bombear sangue)

Mais de 70% das pessoas acima de 70 anos têm hipertensão arterial, mas é possível que a verdadeira proporção esteja subestimada, pois muitos pacientes não têm o diagnóstico correto. Diabetes, sedentarismo, obesidade, estresse emocional, uso abusivo de sal e herança genética são os fatores que mais contribuem para o desenvolvimento de hipertensão arterial. "Para se prevenir da patologia basta abusar dos hábitos saudáveis, não consumir álcool em excesso, perder peso, fazer atividade física regularmente e visitar o médico periodicamente", completa o cardiologista.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente propositura.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 04

científica internacional pesquisas que cobrem os efeitos de 8 a 10 anos de exposição à radiação de celulares por pessoas que usam mais de 30 minutos por dia – dando conta de que há entre eles maior probabilidade de tumores."

Ainda segundo o professor doutor Álvaro Augusto Almeida de Salles, a situação das crianças é mais crítica em relação ao uso de celulares. "Os telefones são inadequados a crianças porque são certificados para modelos de adultos que pesam 120 quilos e têm 1,95 m ou seja, com uma cabeça muito maior do que a das crianças e jovens. Eles têm a cabeça, o cérebro e a espessura do crânio menor, e maiores parâmetros elétricos e de frequência na multiplicação das células, fatores que aumentam os níveis de radiação e, por consequência, a suscetibilidade a problemas."

No relatório, Christopher Wild, diretor da Agência Internacional de Pesquisa sobre Câncer da OMS, comenta que, dadas as consequências destas descobertas para a saúde pública, "é importante que pesquisas adicionais sejam conduzidas" e, dependendo das informações coletadas, seria importante tomar medidas que reduzissem a exposição.

Ante o exposto, solicitamos o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente pleito.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 540/11

Projeto de Lei nº. 540/11
Autor: Deputado Dr. Batista.

Súmula: Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, o Dia Estadual de Prevenção aos Acidentes Vasculares Cerebrais - AVC, a ser comemorado anualmente no dia 01 de novembro.

EMENTA: INSTITUIÇÃO DO DIA ESTADUAL DE PREVENÇÃO AOS ACIDENTES VASCULARES CEREBRAIS - AVC. MANIFESTAÇÃO CULTURAL. POSSIBILIDADE. ARTS. 24 E 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS. 65 E 190 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dr. Batista, objetiva instituir o dia estadual de prevenção aos acidentes vasculares cerebrais - AVC, que será comemorado anualmente no dia 01 de novembro, a fim de que sejam realizadas ações para promoção, proteção e apoio à prevenção dessa patologia que atinge mais de 70% das pessoas acima de 70 anos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 492/2011

Projeto de Lei nº 492/2011.

Autor: Deputado Estadual Ney Leprevost

Súmula: Estabelece que as Operadoras de Telefonia Celular e os Fabricantes de Aparelhos Celulares e Acessórios, no âmbito do Estado do Paraná, deverão alertar seus usuários sobre a possibilidade de Danos à Saúde.

EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR E DIREITO À SAÚDE. ALERTA EM PROPAGANDA DAS OPERADORAS DE TELEFONIA CELULAR ACERCA DA POSSIBILIDADE DE DANOS A SAÚDE. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PARLAMENTAR AFERIDA. ART. 65 DA CE E ARTS. 121 E 124, DO REGIMENTO INTERNO. COMPETÊNCIA DOS ESTADOS PARA DISPOR SOBRE PROTEÇÃO A SAÚDE E AOS DANOS CAUSADOS AOS CONSUMIDORES, ARTS. 24, VIII E XII, DA CF. EXIGÊNCIAS DO ART. 82, ECA. INEXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE EXERCER A COMPETÊNCIA PLENA, ART. 24, §3º, DA CF. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORAVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ney Leprevost, tem por finalidade estabelecer que as operadoras de telefonia celular e os fabricantes de aparelhos celulares e acessórios deverão alertar seus usuários sobre a possibilidade de danos à saúde, tendo como objetivo informar os usuários sobre os danos causados a saúde pelo uso destes aparelhos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Analisando o Regimento Interno desta Casa de Leis, visualizamos a competência do nobre Deputado para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 65, a Assembleia pode iniciar o processo legislativo para propositura de projetos de lei, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso).

Corroborando com tal entendimento, o **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ**, dispõe em seu artigo 121 e 124, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (Grifo nosso)

Corrobora deste entendimento, a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL determina ainda, que a cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 121. A Assembléia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 1º Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência da Assembléia com a sanção do Governador, nos termos da Constituição do Estado.

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso).

No que diz respeito da obrigatoriedade de fazer alertas aos usuários de aparelhos celulares e acessórios a respeito da possibilidade do uso excessivo causar danos a saúde, a CONSTITUIÇÃO FEDERAL, estabelece competência legislativa concorrente a respeito da proteção a saúde e responsabilidade por danos causados ao consumidor, senão vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A Carta Magna, ciente da importância da instituição de datas comemorativas como meio de difusão da cultura nacional, autorizou sua fixação por meio de iniciativa legislativa:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso as fontes de cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais;

(...)

§ 2º: A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. (grifos nossos)

Cumprе também abordar a previsão constitucional federal, artigo 24, XII, que dispõe sobre a competência da União, Estados e Municípios para legislar concorrentemente no que diz respeito à defesa da saúde, sendo, ainda, prerrogativa do Estado em garantir o acesso à saúde, mediante políticas sociais que visem a redução do risco de doença e de outros agravos.

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XII – previdência social, proteção e defesa da saúde;

(Grifo nosso). •



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;
(grifo nosso).

Diante da inexistência de legislação federal disciplinando o assunto tratado no presente projeto de lei, o Estado possui a competência para exercer a competência legislativa plena a respeito do assunto, conforme estabelece os parágrafos do artigo 24, da CONSTITUIÇÃO FEDERAL, senão vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Sendo assim, resta claro que o presente projeto trata de matéria a ser disciplinada pelo Estado do Paraná, de forma plena diante da inexistência de legislação federal. Logo, o presente projeto encontra-se revestido de constitucionalidade, merecendo prosperar nesta casa de leis.

Diante do exposto, resta claro que o presente projeto de lei encontra-se revestido de constitucionalidade e legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art.196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
(grifo nosso)

Neste sentido, é o que está posto no artigo 167 da Constituição Estadual, cuja redação dita que a saúde deve ser estabelecida pelo poder público através de sua promoção, proteção e recuperação. A ênfase constitucional, nesse aspecto, está pautada em iniciativas e políticas de prevenção que combatam a proliferação de patologias.

No entanto, vislumbra-se da presente proposição o avanço nos aspectos da prevenção, todavia, tão somente para atribuir um dia por ano para a conscientização da população sobre a importância da prevenção dessa patologia.

Diante disso, considerando que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa.

Verificado os requisitos constitucionais formais, afere-se que as proposições respeitam, igualmente, as demais normas constitucionais de cunho material, bem como, as normas infraconstitucionais.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na LEI COMPLEMENTAR Nº. 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de CONSTITUCIONALIDADE, opina-se pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO TADEU VENERI

RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

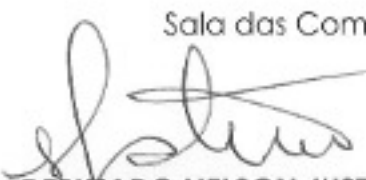



Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.







CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 27 de Julho de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO
RELATOR







Concedida Voto
Senhor Deputado
Odemar Traiane
Em, 27, 09, 2011.
CCJ

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 492/2011

Projeto de Lei nº 492/2011

Autor: Deputado Ney Leprevost

Ementa: Estabelece que as operadoras de telefone celular e os fabricantes de aparelhos celulares e acessórios, no âmbito do Estado do Paraná, deverão alertar seus usuários sobre a possibilidade de danos à saúde.

I - PREAMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Ney Leprevost, Estabelece que as operadoras de telefone celular e os fabricantes de aparelhos celulares e acessórios, no âmbito do Estado do Paraná, deverão alertar seus usuários sobre a possibilidade de danos à saúde.

II - RELATÓRIO

Na qualidade de relator, designado para exarar parecer pela Comissão de Saúde. E a análise da matéria, por envolver estudo de aspectos da saúde, inscreve-se no rol das competências incumbidas a esta Comissão por força do art. 33-I, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

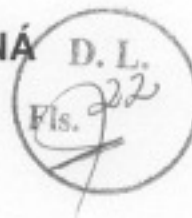
O Projeto de Lei nº 492/2011, vem ao encontro do interesse público que norteiam as ações impostas pelos órgãos de administração pública do Estado. Pois, ao se tratar de um assunto que irá prevenir e prever possíveis males a saúde do cidadão, em especial os que se utilizam de celulares constantemente.

Apenas para reforçar o interesse público imposto pelo Projeto de Lei ora em análise, a Organização Mundial da Saúde publicou no último dia 31 maio de 2011, os resultados de um estudo global sobre o impacto do uso de aparelhos celulares à saúde. Foram encontradas evidências que possibilitam categorizar a exposição aos aparelhos como "possivelmente carcinogênica a humanos. Onde um diversificado time de 31 cientistas de 14 países tomou a decisão de emitir o alerta junto à organização após a conclusão de uma série de estudos que relacionam a segurança de consumo em relação aos aparelhos.

Dito isto, no que tange ao mérito da matéria entendo que não há nenhum tipo de impedimento que possa obstruir sua deliberação pelo Plenário Legislativo. Por se tratar de matéria que atende ao interesse público, uma vez que as ações impostas nos dispositivos do Projeto de Lei nº 492, de 2011, vem ao encontro do interesse público de nossa população.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Leonaldo Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adellno Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Cleiton Kleise - Deputado Nereu Moura
Deputado Pedro Lupion - Deputada Rose Litro - Deputado Péricles de Melo

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Parecer ao Projeto de Lei n. 492/2011

Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Saúde, veio o Projeto para parecer desta Comissão de Defesa do Consumidor:

Com efeito, o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná assevera que:

Art. 33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.

Neste sentido, propõe o Deputado Estadual Ney Leprevost a obrigatoriedade legal de "que as operadoras de telefonia celular e os fabricantes de aparelhos celulares e acessórios, no âmbito do Estado do Paraná, deverão alertar seus usuários sobre a possibilidade de danos à saúde".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Cleiton Kleise, Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion, Deputado Péricles de Holleben Mello e Deputada Rose Litro



Assim, esta Comissão está de acordo com a justificativa apresentada pelo Deputado proponente de que não se trata de uma possibilidade, mas de uma exigência legal o pleno acesso do consumidor à tais informações, ainda mais em se tratando de bem de uso de larga escala, o que poderá vir a evitar a ocorrência de danos ao consumidor, haja vista que, existem significativos estudos científicos que atestam a possibilidade de que o uso de telefones celulares causem câncer.

Assim, é o parecer FAVORÁVEL ao regular prosseguimento da tramitação do Projeto de Lei 492/2011.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2011.

DEPUTADO PARANHOS

Presidente

DEPUTADO NEREU MOURA

Relator

Assinaturas manuscritas:
Pedro Lupion
Péricles de Mello



ANÁLISE AO PROJETO DE LEI Nº 492/11

PROJETO DE LEI Nº 492/11

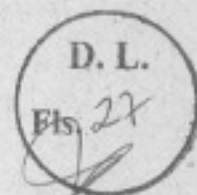
AUTOR: DEPUTADO NEY LEPREVOST

SÚMULA: ESTABELECE QUE AS OPERADORAS DE TELEFONIA CELULAR E OS FABRICANTES DE APARELHOS CELULARES E ACESSÓRIOS, NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ, DEVERÃO ALERTAR SEUS USUÁRIOS SOBRE A POSSIBILIDADE DE DANOS À SAÚDE

EMENTA: ESTABELECE QUE AS OPERADORAS DE TELEFONIA CELULAR E OS FABRICANTES DE APARELHOS CELULARES E ACESSÓRIOS, NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ, DEVERÃO ALERTAR SEUS USUÁRIOS SOBRE A POSSIBILIDADE DE DANOS À SAÚDE

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



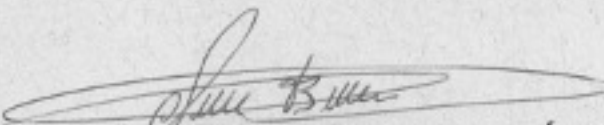
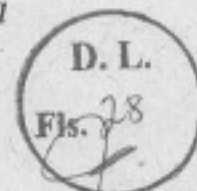
PREÂMBULO

O PRESENTE PROJETO DE LEI DO
DEPUTADO NEY LEPREVOST
ESTABELECE QUE AS
OPERADORAS DE TELEFONIA
CELULAR E OS FABRICANTES DE
APARELHOS CELULARES E
ACESSÓRIOS, NO ÂMBITO DO
ESTADO DO PARANÁ, DEVERÃO
ALERTAR SEUS USUÁRIOS SOBRE A
POSSIBILIDADE DE DANOS À
SAÚDE

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO**
do presente Projeto de Lei na forma com emenda sugerida,
por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais,
legais e de técnica legislativa.

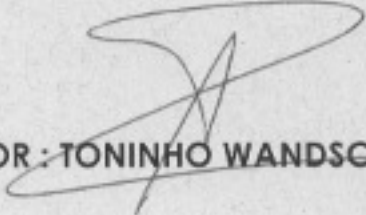
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



A handwritten signature in dark ink, appearing to read "André Bueno", enclosed within a horizontal oval shape.

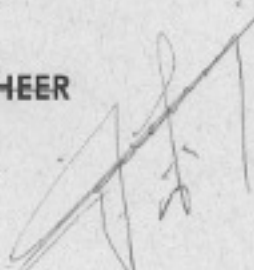
PRESIDENTE DEPUTADO ANDRÉ BUENO.

COMISSÃO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO.



A handwritten signature in dark ink, appearing to read "Toninho Wandscheer", enclosed within a horizontal oval shape.

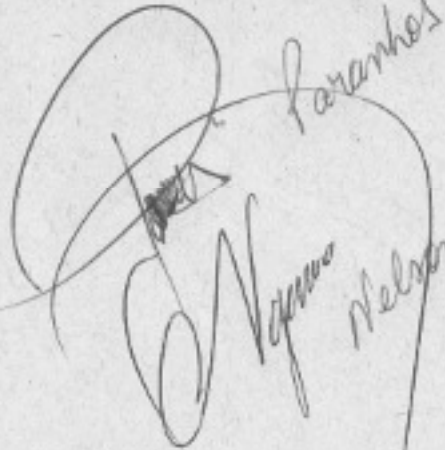
RELATOR : TONINHO WANDSCHEER



A handwritten signature in dark ink, appearing to read "Milton Jacobi", enclosed within a horizontal oval shape.

Milton Jacobi

Sala das Comissões, 09 de novembro de 2011.



A large, stylized handwritten signature in dark ink, appearing to read "Nelson Garcia", enclosed within a horizontal oval shape.

Nelson Garcia



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA 01

PLENÁRIO

DAP

EM 2 NOV 2011

EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 492/11

Conforme prevê o art. 137, §2º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, apresentamos a presente emenda modificativa ao Projeto de Lei 492/11, de autoria do Ilustre Deputado Ney Leprevost, o qual tem por objetivo estabelecer que as operadoras de telefonia celular e os fabricantes de aparelhos celulares e acessórios, no âmbito do Estado do Paraná, deverão alertar seus usuários sobre a possibilidade de danos à saúde.

A presente emenda modificativa visa alterar a redação do seu art. 2º e incluir parágrafo único a este dispositivo, bem como suprimir o art. 3º, renumerando o art. 4º como art. 3º e o art. 5º como art. 4º, conforme segue:

Art. 1º. O art. 2º do Projeto de Lei nº 492/2011 passará a contar com a seguinte redação:

"Art. 2º. O não cumprimento do disposto no art. 1º acarretará aplicação das sanções previstas na forma do art. 56 e art. 57 da Lei Federal 8.078 de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor:

Parágrafo único. O Procon/PR e os Procons Municipais farão a fiscalização do cumprimento do disposto nesta Lei, e o valor da multa arrecadada será revertido para o Fundo pertinente à pessoa jurídica de direito público que impuser a sanção, gerido pelo respectivo Conselho Gestor, nos moldes do disposto no Decreto Federal 2181/97."

Art. 2º. Fica suprimido o art. 3º do Projeto de Lei nº 492/2011, renumerando-se o art. 4º como art. 3º e o art. 5º como art. 4º.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2011.

Deputado Ademar Traiano



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

A alteração proposta pela presente emenda se justifica pelo fato de que como o Procon/PR e os Procons Municipais farão a fiscalização, o mais correto é que a aplicação da sanção se dê nos moldes dos art. 56 e 57 do Código de Defesa do Consumidor e pelo Decreto 2181/97 que já regem em nível nacional a matéria, evitando conflito de competências.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

ANÁLISE PRÉVIA A EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI Nº 492/11

Projeto de Lei nº 492/2011
Autor: Ney Leprevost

SÚMULA: *Altera a redação do seu art. 2º e incluir o parágrafo único a este dispositivo, bem como suprimir o art. 3º, renumerando o art. 4º como art. 3º e o art. 5º como art. 4º.*

EMENTA: EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO 492/11. APLICAÇÃO DE SANÇÃO PELO DESCUMPRIMENTO. INCLUSÃO DO PROCON PARA FISCALIZAÇÃO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 114 DA CE. ART. 137 E 141 DO REGIMENTO INTERNO. CONSTITUCIONAL. ANÁLISE PRÉVIA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Deputado Ney Leprevost tem por objetivo estabelecer que as operadoras de telefonia celular e os fabricantes de aparelhos celulares e acessórios, no âmbito do Estado do Paraná, deverão alertar seus usuários sobre a possibilidade de dano a saúde.

•

O Deputado Ademar Traiano propôs em plenário uma emenda modificativa, a qual visa alterar a redação do art. 2º e incluir o



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Modificativa em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva aquela proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto. (grifo nosso).

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

•



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Substitutiva proposta pelo Deputado Ademar Traiano.

Sala das Comissões, em 28 de Novembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

Presidente


DEPUTADO TADEU VENERI
Relator



PROJETO DE LEI N.º 84/2011

Súmula: Institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências.

Art. 1º. Fica instituída a **Agência Paraná de Desenvolvimento – APD**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos e de interesse e finalidade públicos, sob a modalidade de serviço social autônomo, nos termos desta Lei.

§ 1º. A Agência Paraná de Desenvolvimento fica vinculada, por cooperação, ao Governador do Estado, que supervisionará sua gestão e administração.

§ 2º. A Agência Paraná de Desenvolvimento terá sede e foro no Município de Curitiba e duração por tempo indeterminado.

§ 3º. Equivalem-se, para fins desta Lei, as expressões: Agência Paraná de Desenvolvimento, Agência de Desenvolvimento e a sigla APD.

Art. 2º. A APD tem por missão institucional a promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, através da prestação de serviços de atração de investimentos econômicos ao Estado, com ênfase na identificação de oportunidades de negócios que resultem na conquista de novas empresas e, por consequência, na geração de empregos, na otimização do uso dos recursos energéticos e na modernização tecnológica.

Parágrafo único. A APD tem por missão também identificar as áreas potenciais de investimentos e pensar sobre as soluções que existem para introduzir as mudanças necessárias, buscando oportunidades de negócios, fomentando a economia das regiões, com vistas na identidade produtiva de cada um dos municípios do Estado.

Art. 3º. A APD tem por objetivos:

I – A identificação e proposição de soluções, aos problemas de infraestrutura que estejam, de alguma forma, dificultando o desenvolvimento das atividades econômicas das cadeias produtivas;

II – A articulação entre os entes públicos e privados, nacionais ou estrangeiros, para a promoção de oportunidades de negócios e de geração de emprego e renda, fomentando convênios e parcerias público privadas;

GABINETE DO GOVERNADOR



- III – O auxílio aos municípios paranaenses no atendimento ao investidor e no desenvolvimento do ambiente de negócios;
- IV – A atração de novos investimentos, nacionais ou estrangeiros, bem como a promoção e o estímulo à expansão de empresas instaladas no Estado;
- V – O acompanhamento e o desenvolvimento da atividade empresarial, após a instalação da empresa;
- VI – A prospecção, no Brasil e no exterior, de oportunidades de investimentos no Estado;
- VII – A disponibilização aos agentes econômicos de informações técnicas, científicas e estratégicas que contribuam para o desenvolvimento do Estado;
- VIII – A promoção da imagem do Estado como destinatário de investimentos, mediante campanhas e ações;
- IX – O estabelecimento e a manutenção de intercâmbios com organismos de atuação similar, agentes financiadores e de fomento, e outros organismos nacionais e internacionais, que concorram para os mesmos objetivos;
- X – A sugestão de ações governamentais que visem ao desenvolvimento econômico;
- XI – A articulação com instituições de financiamento de apoio a programas de desenvolvimento;
- XII – A centralização e a elaboração de estudos estatísticos ligados à atividade econômica, valendo-se de trabalhos já desenvolvidos por outros órgãos do Estado;
- XIII – O exercício de outras atividades que estejam incluídas em seus objetivos sociais.

Art. 4º. A APD será constituída com recursos do Tesouro Geral do Estado mediante a abertura de Créditos Adicionais até o limite de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), servindo como recurso quaisquer das formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os Créditos Adicionais de que trata este artigo.

Art. 5º. Constituem receitas da APD:

- I – Créditos orçamentários que lhe sejam consignados pelo orçamento geral do Estado;
- II – Recursos provenientes dos lucros decorrentes das ações das quais o Estado do Paraná é titular perante a Companhia Paranaense de Energia – COPEL, em valor anualmente autorizado pelo Chefe do Poder Executivo;
- III – Auxílios, doações, legados, subvenções federais, municipais e contribuições de pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, nacionais, estrangeiras e internacionais;
- IV – Recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos celebrados com pessoas de direito público ou privado, nos termos da legislação vigente;
- V – Outras rendas de qualquer natureza.

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 6º. O patrimônio da APD será constituído de:

- I – Todos os bens móveis, imóveis, instalações e equipamentos que lhe forem destinados e dos que venha a adquirir;
- II – Doações e legados de pessoas físicas e jurídicas, nacionais, estrangeiras e internacionais; e
- III – Outros bens não expressamente referidos, vinculados ao exercício de suas atividades.

Art. 7º. A administração social da APD será exercida por um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e pela Diretoria Executiva, composta por 3 (três) membros, cuja remuneração será definida pelo Conselho de Administração e homologada pelo Governador do Estado.

§ 1º. A Diretoria Executiva é formada pelo Diretor-Presidente e dois Diretores-Auxiliares, de livre nomeação e exoneração pelo Governador do Estado, sob indicação do Conselho de Administração.

§ 2º. O Conselho de Administração é composto pelos seguintes membros:

- I – O Diretor-Presidente da APD, como presidente do Conselho;
- II – O Secretário de Estado da Fazenda;
- III – O Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral;
- IV – O Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística;
- V – O Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul;
- VI – O Diretor-Presidente da Agência de Fomento do Estado do Paraná;
- VII – O Procurador-Geral do Estado.

§ 3º. As autoridades componentes do Conselho de Administração poderão nomear representantes com plenos poderes para, em nome do órgão ou instituição, deliberarem no Conselho.

§ 4º. O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes, indicados pelo Conselho de Administração na forma estabelecida em estatuto, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez, e nomeados pelo Governador do Estado.

§ 5º. O detalhamento da composição, as atribuições e competências dos órgãos diretivos da APD, bem como as formas de escolha e de destituição de seus membros, serão fixados em estatuto, sob os balizamentos desta lei, nomeados pelo Governador do Estado.

Art. 8º. A representação legal da APD será exercida pelo Diretor-Presidente.

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 9º. A APD contará com quadro próprio de pessoal, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parágrafo único. Para o atendimento ao disposto no "caput" deste artigo, a APD procederá o processo de seleção de pessoal, precedido de edital com ampla divulgação, atendidos os princípios da impessoalidade, moralidade e publicidade.

Art. 10º. A APD poderá celebrar contratos de gestão com os entes participantes, bem como convênios, ajustes, termos de parceria, termos de cooperação técnico-científica, além de contratos de prestação de serviços com quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, sempre que considere ser essa a solução mais vantajosa para a execução de suas finalidades, observados os princípios da legalidade, publicidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e eficiência.

Art. 11. O estatuto da APD, que detalhará as normas de funcionamento da Instituição, será aprovado pelo Conselho de Administração, devendo ser convalidado pelo Governador, observado o disposto nesta Lei.

Art. 12. As contas da APD serão julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado, na forma da lei.

Art. 13. Em caso de extinção da APD, a integralidade do seu patrimônio será revertida ao Estado do Paraná, salvo se lei especial dispuser de outro modo.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 18 de outubro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 66/2011

Curitiba, 18 de outubro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva a criação da Agência Paraná de Desenvolvimento – APD.

A ideia de criação da Agência Paraná de Desenvolvimento, é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná. O papel da APD, nesse contexto de desenvolvimento, é fundamental às ações pretendidas pelo Estado, no sentido de dar apoio às diversas empresas já instaladas em seu território e, principalmente, atrair novos investimentos, que implicam a criação de novos postos de trabalho e aumento de renda.

A Agência Paraná de Desenvolvimento será, para tanto, capacitada para identificar as potencialidades do Estado e, uma vez mapeadas as áreas e necessidades, buscar empresas interessadas em aqui se instalarem e investirem.

A atuação da APD implicará a consolidação, modernização e expansão das atividades econômicas do Paraná, prospectando, induzindo e atraindo investimentos de maneira a ampliar o desenvolvimento sustentável do Estado.

Nesse sentido, a Agência deverá se comportar como uma extensão operacional do Governo na assistência às empresas e atração desses novos investimentos e projetos, atuando como articuladora entre empresários e investidores. Dessa forma, a APD terá a missão de apoiar as empresas do Estado para que se tornem mais competitivas e buscar investimentos para desenvolver cadeias produtivas de cada região, atraindo os projetos econômicos compatíveis.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

Prot. 11.000.544-0 lhph

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476

GABINETE DO GOVERNADOR



Assim, a economia do Estado do Paraná será fortalecida pela ação da Agência, na medida que terá funções centrais na execução da política industrial, na valorização da agricultura e na criação de mecanismos de inovação científica e tecnológica. Para isso, terá como premissa básica a harmonia entre economia, inclusão social e preservação do ambiente.

Portanto, espera-se que Vossas Excelências deem a atenção necessária à presente proposta legislativa, analisando-a, votando favoravelmente e, por consequência, transformando-a em Lei Ordinária, por medida de inteira justiça.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

24



GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 18 de outubro de 2011
OF CEE/G 162/11



I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em 18/10/2011

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências,
a Mensagem n.º 66/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que
objetiva a criação da Agência Paraná de Desenvolvimento.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

17:22 18/10/2011 000132 000 ASSINATURA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/JC

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacyr Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 821/11

Projeto de Lei nº. 821/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 066/11

Súmula: Institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências.

EMENTA: INSTITUI A AGÊNCIA PARANÁ DE DESENVOLVIMENTO – APD E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 170 E 174 CF. ARTS. 65, 66, 87, 133, 134 E 146 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo instituir a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei Complementar, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Com efeito, é importante salientar que a ordem econômica brasileira está prevista no artigo 170 da Constituição Federal:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- I - soberania nacional;
- II - propriedade privada;
- III - função social da propriedade;
- IV - livre concorrência;
- V - defesa do consumidor;
- VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;
- VII - redução das desigualdades regionais e sociais;
- VIII - busca do pleno emprego;
- IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Neste aspecto, o jurista Nelson Nery, em sua obra *Constituição Federal Comentada* afirmou o seguinte ao remeter-se ao caput deste artigo:

"4. Desenvolvimento econômico e social. A ordem econômica está vinculada ao desenvolvimento econômico em concomitância do social. Para atingir tal desiderato, a atividade econômica por parte do Estado precisa ser planejada de maneira integrada. A atuação econômica estatal deverá ser integrada a um planejamento ambiental que racionalize o aproveitamento energético, aquático e que esteja comprometido com a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. A atuação econômica também precisa estar integrada à pesquisa científica e tecnológica, em que toda a orientação está voltada para a promoção do bem estar dos cidadãos".¹

A Constituição Federal enuncia que o Estado exercerá como agente normativo e regulador da atividade econômica as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado, nos termos do art. 174:

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da

¹ NERY JUNIOR, Nelson. NERY, Rosa Maria de Andrade. *Constituição Federal comentada e legislação constitucional*, São Paulo - SP: Revista dos Tribunais., 2009. 2 ed. pg. 639.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Não obstante, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembléia Legislativa. (grifo nosso)

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo, criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei. (grifos nossos)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.









Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




Sala das Comissões, 25 de outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR
RELATOR

Concedido Vistas ao Senhor Deputado Tadeu Venari Em 25, 10, 2011 CCJ
--





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 821/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 66/11, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos e de interesse e finalidade públicos, sob a modalidade de serviço social autônomo e adota outras providências.

Convém, preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria em questão apresenta-se plenamente justificada.

Salienta-se ainda, na justificativa do autor que no caso de extinção da Agência Paraná de Desenvolvimento – APD, a integralidade do seu patrimônio será revertida ao Estado do Paraná, salvo se lei especial dispuser de outro modo.

Ainda, observe-se que a instituição da Agência Paraná de Desenvolvimento - APD, objeto da referida proposta, está em consonância com os arts. 66 e 87, da Carta Estadual, onde denota-se a competência privativa do Governador do Estado.

Assim sendo, não encontramos nada que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Sala das Comissões, 16/11/11


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR







Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA 01

PLENÁRIO

DAF

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI N.º 821/11.

Em

28 NOV 2011

Súmula: Exclui o inciso II, do artigo 5º, do Projeto de Lei 824/11, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências.

Art. 1º Fica excluído o inciso II, do artigo 5º, do Projeto de Lei 822/11, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências.

Sala das sessões, 28 de novembro de 2011.


Enio Verri

Enio Verri
Líder da Oposição


Elton Welter

Deputado Estadual

Luciana Rafagnin
Líder do PT

Líder do PT

Pericles de Mello

Deputado Estadual

Prof. Lemos

Deputado Estadual

Tadeu Veneri

Deputado Estadual

Toninho Wandscheer

Deputado Estadual

Antonio Anibelli Neto

Deputado Estadual

Praça Nossa Senhora de Salette, s/n – Curitiba/PR – CEP: 80.530-911

Phone/Fax: (41) 3350-4000

15:38 28/11/2011 00:05:58 000 ASSOCIATED PRESS 00 145940



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA 02
PLENÁRIO
DAP

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI N.º 821/11.

EM 28 NOV 2011

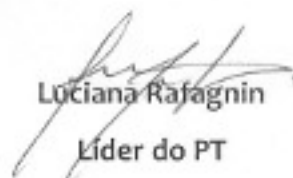
Súmula: Exclui o inciso V, do artigo 5º, do Projeto de Lei 821/11, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências.


Art. 1º Fica excluído o inciso V, do artigo 5º, do Projeto de Lei 822/11, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências.

Sala das sessões, 28 de novembro de 2011.



Enio Verri
Líder da Oposição



Elton Welter
Deputado Estadual

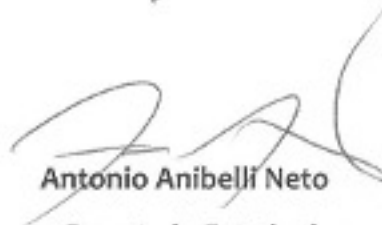

Luciana Rafagnin
Líder do PT


Péricles de Mello
Deputado Estadual


Prof. Lemos
Deputado Estadual


Tadeu Veneri
Deputado Estadual


Toninho Wandscheer
Deputado Estadual


Antonio Anibelli Neto
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA 03
PLENÁRIO
DAP
Em

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 821/11.

28 NOV. 2011

Súmula: Altera a redação do caput do artigo 7º, do Projeto de Lei 821/11, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências.

Art. 1º Altera o caput artigo 7º, do Projeto de Lei 822/11, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.7º. A administração social da APD será exercida por um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e pela Diretoria Executiva, composta por 3 (três) membros, cuja remuneração não excederá o teto salarial dos Diretores Gerais das Secretarias de Estado do Paraná e será definida pelo Conselho de Administração e homologada pelo Governador do Estado.”

9599-654
"A"

Sala das sessões, 28 de novembro de 2011.

Enio Verri
Líder da Oposição

Elton Weller
Deputado Estadual

Luciana Rafagnin
Líder do PT

Péricles de Mello
Deputado Estadual

Toninho Wandscheer
Deputado Estadual

Prof. Lemos
Deputado Estadual

Tadeu Veneri
Deputado Estadual

Antonio Anibelli Neto
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA 04
PLENÁRIO
DA
EM 28 NOV 2011


EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI N.º 821/11.

Súmula: Inclui o inciso VIII, no parágrafo 2º, do artigo 7º, do Projeto de Lei 821/11, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências.


Art. 1º. Inclui o inciso VIII, no parágrafo 2º, do artigo 7º, do Projeto de Lei 822/11, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências, que passa a vigorar com a seguinte redação:

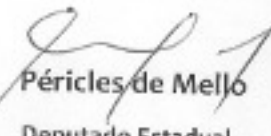
“VIII – 06 (seis) representantes da sociedade civil, escolhidos na forma estabelecida em regulamento.”


Sala das sessões, 28 de novembro de 2011.

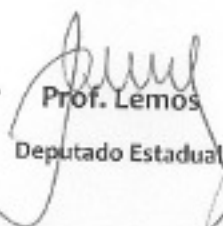

Enio Verri
Líder da Oposição



Elton Welter
Deputado Estadual

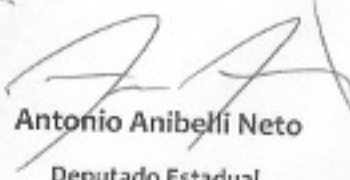

Luciana Rafagnin
Líder do PT


Péricles de Mello
Deputado Estadual


Toninho Wandscheer
Deputado Estadual


Prof. Lemos
Deputado Estadual


Tadeu Veneri
Deputado Estadual


Antonio Anibelli Neto
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA OS
PLENÁRIO
DAP

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 821/11. EM 28 NOV 2011

Súmula: Altera o parágrafo único, do artigo 9º, do Projeto de Lei 821/11, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências.

Art. 1º. Altera o parágrafo único, do artigo 9º, do Projeto de Lei 822/11, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. Para atendimento ao disposto no “caput” deste artigo, a APD procederá concurso público, precedido de edital com ampla divulgação, atendidos os princípios da impessoalidade, moralidade e publicidade.”

Sala das sessões, 28 de novembro de 2011.

15:39 28/11/2011 009601 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Enio Verri

Líder da Oposição

Elton Welter

Deputado Estadual

Luciana Rafagnin

Líder do PT

Péricles de Mello

Deputado Estadual

Toninho Wandscheer

Deputado Estadual

Prof. Lemos

Deputado Estadual

Tadeu Veneri

Deputado Estadual

Antonio Anibelli Neto

Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA 06

PLENÁRIO

DAP

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 821/11. Em 28 NOV. 2011

Súmula: Altera o artigo 13, do Projeto de Lei 821/11, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências.

Art. 1º. Altera o artigo 13, do Projeto de Lei 822/11, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. Em caso de extinção da APD, a integralidade do seu patrimônio será revertida ao Estado do Paraná.”

Sala das sessões, 28 de novembro de 2011.

Enio Verri
Líder da Oposição

Elton Welter
Deputado Estadual

Luciana Rafagnin
Líder do PT

Péricles de Mello
Deputado Estadual

Toninho Wandscheer
Deputado Estadual

Prof. Lemos
Deputado Estadual

Tadeu Veneri
Deputado Estadual

Antonio Anibelli Neto
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA 07
PARECER
DA
EM

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI N.º 821/11.

28 NOV. 2011

Súmula: Inclui o artigo 15 ao Projeto de Lei 821/11, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências.

Art. 1º. Inclui o artigo 15, ao Projeto de Lei 822/11, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15. A APD enviará à Assembleia Legislativa, relatório semestral de suas atividades e exercício fiscal e/ou financeiro.”

Sala das sessões, 28 de novembro de 2011.

Enio Verri

Líder da Oposição

Elton Welter

Deputado Estadual

Luciana Rafagnin

Líder do PT

Péricles de Mello

Deputado Estadual

Toninho Wandscheer

Deputado Estadual

Prof. Lemos

Deputado Estadual

Tadeu Veneri

Deputado Estadual

Antonio Anibelli Neto

Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 821/11

Projeto de Lei nº 821/11

Autor da emenda nº 01; 02; 03; 04; 05; 06 E 07 - Bancada do PT.

Súmula: Institui a Agência Paraná de Desenvolvimento - APD e adota outras providências.

EMENTA: OBJETIVA SUPRIMIR OS INCISOS II E V DO ARTIGO 5º; MODIFICAR A REDAÇÃO DO CAPUT DO ARTIGO 7º; DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 9º E DO ARTIGO 13; INCLUIR O INCISO VII, NO PARÁGRAFO 2º, DO ARTIGO 7º E O ARTIGO 15 NO PROJETO DE LEI 821/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 29, 33, 137, 138 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DAS EMENDAS N.º 01; 02; 03; 04; 05 E 06. APROVAÇÃO DA EMENDA N.º 07 NOS TERMOS DA SUBMENDA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento - APD, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Estadual Hermas Brandão Junior.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emendas Supressivas, Modificativas e Aditivas, de autoria da Bancada do PT. Por esta razão é que as referidas Emendas submetem-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Modificativa em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

DAS EMENDAS SUPRESSIVAS

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como supressiva, vide §1º deste mesmo artigo, aquela proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra. (grifo nosso).

Assim, verifica-se que as presentes emendas supressivas de plenário n.º 01 e 02 estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DAS EMENDAS MODIFICATIVAS

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa, vide §4º deste mesmo artigo, aquela proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

(...)

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência. [grifo nosso].

Assim, verifica-se que as presentes emendas modificativas de plenário n.º 03; 05 e 06 estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

DAS EMENDAS ADITIVAS

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa, vide §3º deste mesmo artigo, aquela proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas. •

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra. [grifos nossos]



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Assim, verifica-se que a presente emenda aditiva de plenário n.º 04 está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Porém, com o objetivo de proporcionar uma melhor técnica legislativa a emenda ora em tela, exatamente como preceitua a Lei Complementar Federal n.º 95/98 em seu art. n.º 12¹, propõe-se a subemenda, que segue em anexo, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III – apresentar substitutivos, emendas e subemendas. (grifos nossos)

Neste sentido dispõe o art. 138 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 138. A emenda apresentada a outra denomina-se subemenda.

¹ Art. 3º - A Lei será estruturada em três partes básicas:
(...)

III - **parte final, compreendendo** as disposições pertinentes às medidas necessárias à implementação das normas de conteúdo substantivo, às disposições transitórias, **se for o caso, a cláusula de vigência e a cláusula de revogação**, quando couber. (grifos nossos)




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, o parecer é pela **APROVAÇÃO** das Emendas Supressivas n.º 01 e 02; Modificativas n.º 03; 05 e 06 e Aditiva n.º 04 da Bancada do PT e; pela **APROVAÇÃO** da Emenda Aditiva n.º 07 na forma da **SUBEMENDA** em anexo.

Sala das Comissões, em 29 de Novembro de 2011.


DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEP. ELIO RUSCH
RELATOR





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

SUBEMENDA A EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N.º 07

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, § 3º, 138 e 141, inciso II do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Subemenda, a qual visa alterar a Emenda Aditiva de Plenário ao Projeto de Lei n. 039/11 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Súmula: Inclui o artigo 14 ao Projeto de Lei 821/11, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências.

Art. 1º - Inclui o artigo 14, ao Projeto de Lei 821/11, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento – APD e adota outras providências, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14 – A ADP enviará à Assembléia Legislativa, relatório semestral de suas atividades e exercício fiscal e/ou financeiro."

Art. 2º - O Art. 14 do Projeto de Lei 821/11 fica renumerado para art. 15.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR

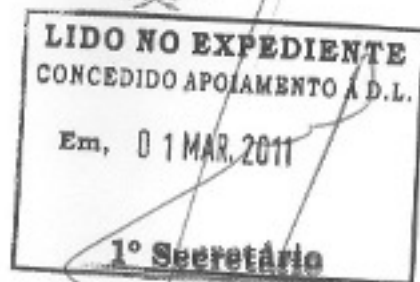

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Kfury

Deputado Osmar Bertoldi



PROJETO DE LEI nº 120/11

Súmula:

“Dispõe sobre prática de esporte de aventura no Estado do Paraná, e dá outras providências.”

Art. 1º - A promoção do esporte de aventura no Estado do Paraná, como atividade comercial ou atividade coletiva de recreação e lazer, de caráter público ou privado, observará o disposto nesta lei.

Parágrafo único - Para os fins desta lei, consideram-se esporte de aventura as modalidades esportivas de recreação que ofereçam riscos controlados à integridade física de seus praticantes e exijam o uso de técnicas e equipamentos especiais.

Art. 2º - A prática dos esportes de aventura pautar-se-á pela preservação da integridade física de seus praticantes, observado ainda o controle dos impactos da atividade sobre o meio ambiente e as comunidades envolvidas.

Art. 3º - São requisitos para a promoção do esporte de aventura, nos termos da legislação em vigor:

I - autorização do Corpo de Bombeiros Militar para a realização da atividade;

II - autorização do órgão competente para a utilização de locais públicos ou privados para a realização da atividade;

III - responsabilização técnica de profissional habilitado pela atividade;

IV - utilização de equipamentos e técnicas adequadas à atividade;

V - acompanhamento das atividades por monitores habilitados;

VI - prestação de primeiros socorros no local onde se realize a atividade, se necessário;

VII - condições de resgate da vítima, em caso de acidente.

Parágrafo único - Os equipamentos utilizados na prática de esportes de aventura devem apresentar certificado de qualidade expedido pelo órgão responsável em nível estadual ou federal.



Art. 4º - Fica o promotor de esportes de aventura obrigado a:

I - colher assinatura dos praticantes em termo de responsabilidade, no qual constem as obrigações da operadora, as características da atividade contratada e os riscos a ela inerentes;

II - divulgar publicamente, nos locais onde atue, as informações necessárias ao seguro desenvolvimento de suas atividades.

Art. 5º - As agências de turismo que operam com esporte de aventura deverão obter licenciamento específico para o exercício da atividade, nos termos desta lei e de seu regulamento.

Art. 6º - Na prática de esporte de aventura, deverão ser observadas, além do disposto na legislação pertinente e em seu regulamento, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 7º - As concessões para o funcionamento das atividades esportivas de que trata esta lei serão anuais, sendo exigidas, para sua renovação, vistoria do material utilizado e atualização de cadastro dos profissionais envolvidos na atividade.

Art. 8º - O descumprimento do disposto nesta lei sujeita o infrator às seguintes sanções, nos termos do regulamento:

I - multa;

II - suspensão temporária da atividade;

III - interdição total ou parcial do estabelecimento ou da atividade;

IV - cassação da licença do estabelecimento ou da atividade.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, em 28 de fevereiro de 2011.



OSMAR BERTOLDI

DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA

A presente proposição pretende dispor sobre a atividade de turismo de aventura no âmbito do Estado do Paraná, com o escopo de ordenar a atividade, preservar os espaços naturais, garantir a segurança dos usuários e qualificar os profissionais envolvidos na operação das respectivas modalidades.

É notória a evolução desse tipo de atividade turística, que vem crescendo e despertando o interesse das mais variadas gerações, credenciando-se como nova opção para as práticas náuticas, de montanhismo, de vôo livre e trilhas. Não há legislação específica que discipline a matéria, e algumas regras existentes para o setor não conferem o necessário caráter profissional à atividade, de forma que venha a garantir segurança e melhor capacitação aos profissionais da área.

Para o mercado do turismo de aventura, o panorama não se limita apenas aos lugares em que o turista enfrenta os desafios da natureza. Hoje há interesses em destinos como centro de terapia, pois muitas pessoas procuram tais eventos turísticos na busca do auto-conhecimento e do desenvolvimento espiritual e, não raro, para trabalhar em projetos de conservação ambiental.

Como se pode verificar, o verdadeiro turismo de aventura é aquele que obedece aos padrões éticos dos esportes, que leva em conta a noção de desenvolvimento sustentado, feito de forma a garantir a segurança dos turistas e praticado tendo em vista a visão de desenvolvimento sustentado, em que se preserva a natureza e se geram emprego e renda.

Assim, as atividades de turismo de aventura serão sempre exercidas em locais adequados, com utilização de equipamentos em perfeito estado de manutenção e com orientação de profissionais capacitados, visando à máxima segurança do usuário. Para tanto, devem ser utilizados equipamentos de qualidade e respeitadas normas de segurança, e a mão-de-obra deve ser qualificada e passar por uma constante reciclagem.

O turismo de aventura pode inserir-se como espécie do gênero ecoturismo, se houver observâncias dos princípios de desenvolvimento sustentado, devendo a respectiva prática ser feita de maneira a causar o mínimo impacto à natureza e a não causar danos irreversíveis ou desnecessários que atinjam os recursos naturais e culturais utilizados em curto ou longo prazo, tendo em vista que sua prática deve trazer mais benefícios às comunidades locais do que prejuízos. Isso inclui, tanto quanto possível, empregar mão-de-obra e recursos locais, com o cuidado de não descaracterizar culturalmente nem socialmente a comunidade da região.

Assim, a proposta tem o cuidado de prever que, para o exercício das atividades de turismo de aventura, o esforço físico e a preocupação com a manutenção do meio ambiente devem estar sempre aliados, de forma que os praticantes observem as características da paisagem visando à redução de impactos sonoros, visuais e atmosféricos no local adequado à sua prática.



PARECER AO PROJETO DE LEI N. 120/2011
DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

AUTORIA: DEPUTADO OSMAR BERTOLDI

SÚMULA: “Dispõe sobre Prática de Esporte de Aventura no Estado do Paraná, e dá outras providências”.

EMENTA: REAPRESENTAÇÃO DE PROJETO. REGULAMENTA A PRÁTICA DE ESPORTE DE AVENTURA. PARECER FAVORÁVEL.

I. RELATÓRIO

O presente parecer tem por objeto a análise do Projeto de Lei nº 120/2011, de autoria do ilustre Deputado Osmar Bertoldi, o qual dispõe sobre regulamentação da Prática de Esporte de Aventura no Estado do Paraná.

É consabido, cabe à Comissão de Constituição e Justiça, de acordo com o Regimento Interno desta Casa, em seu artigo 33, §2º, manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa.

II. VOTO

Gabinete Deputado Hermas Junior
Praça Nossa Senhora de Saete s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911
Gabinete 302 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4170
Site: www.hermasjunior.com.br e-mail: contato@hermasbrandaojr.com.br



Inicialmente, cumpre gizar o artigo 66, estabelece como competência privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre as Secretarias de Estado:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV – criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgão da administração pública. (Grifo nosso).

Nesse sentido o ora projeto de lei em análise não possui a finalidade de criação, estruturação ou atribuição de competência das Secretarias de Estado mas, tão somente visa regulamentar uma atividade explorada pelo setor privado, criando mecanismos de proteção à vida e à saúde do praticante do Esporte de Aventura.

A Constituição Federal também prevê em seu artigo 24, que “**Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**”

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto;



Deste modo tratando do tema relativo à competência legislativa concorrente, a Carta Política, em seu art. 24 e parágrafos, limitou a União ao estabelecimento de normas gerais, reservando aos Estados e ao DF a possibilidade de legislar atendendo às suas peculiaridades.

Também, diante da análise da legitimidade e competência para propositura do projeto de lei, a teor do artigo 124 do RI, o Projeto de Lei em comento não está dentre as matérias privativas do Executivo.

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer restrição.

III. PARECER

Assim sendo, o Projeto de Lei em comento, sob os aspectos constitucionais, jurídicos e legais, merece análise favorável.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 2011.

[assinatura]
Deputado Nelson Justus
Presidente

[assinatura]
Deputado Hermas Junior
Relator

Gabinete Deputado Hermas Junior
Praça Nossa Senhora de Saete s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911
Gabinete 302 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4170
Site: www.hermasjunior.com.br e-mail: contato@hermasbrandaojr.com.br



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 120/11

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, tem por objetivo dispor sobre a prática de esporte de aventura no Estado do Paraná.

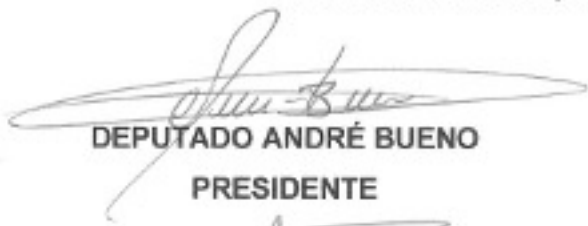
Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

O turismo de aventura vem ganhando adeptos, crescendo e despertando o interesse de todas as gerações. É um mercado comercial promissor, e como tal, exige que tenham normas para dar maior segurança aos que o praticam e maior proteção ao meio ambiente.

Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser a matéria de suma importância, e por afetar vários setores do comércio, indústria, turismo, exaramos parecer pela oitiva de representantes desta área, para que possamos ter subsídios para exarar nosso parecer posteriormente.

É o parecer.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2011.


DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE


DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER
RELATOR





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Esportes



PARECER

Projeto de Lei nº 120/11

Autor: DEP. OSMAR BERTOLDI

Súmula: "Dispõe sobre prática de esporte de aventura no Estado do Paraná, e dá outras providências."

O Projeto de Lei em análise tem como escopo regulamentar o oferecimento da prática do esporte de aventura no Estado do Paraná, com fins de fomentar o turismo de aventura, dando outras providências.

Aprovada sua constitucionalidade, tal Projeto recebeu parecer favorável quanto ao mérito nas demais comissões, passando então a esta Comissão para que, de acordo com as atribuições regimentais, se manifeste acerca de sua viabilidade. É o que dispõe o Regimento Interno da ALEP/PR:

Art. 33-S Compete à Comissão de Esportes manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à prática, incentivo e difusão de todas as modalidades de esportivas.

Assim sendo, em não havendo nenhum óbice quanto ao mérito da proposição em tela, bem como restando evidente a importância da matéria, esta Comissão se manifesta exarando parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto em questão.

Sala das Comissões, em 23/11/11

DEPUTADO NEY LEPREVOST
PRESIDENTE

DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº 540111

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 27 JUN. 2011

1º Secretário

Ementa: Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, o Dia Estadual de Prevenção aos Acidentes Vasculares Cerebrais – AVC.

Art. 1º - Fica instituído, no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, o Dia Estadual de Prevenção aos Acidentes Vasculares Cerebrais - AVC, a ser comemorado no dia 01 de novembro de cada ano.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 27 de junho de 2011.

DR. BATISTA

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA



O Presente projeto de lei visa, instituir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, o Dia Estadual de Prevenção aos Acidentes Vasculares Cerebrais – AVC.

Considerada a doença cardiovascular mais frequente na população, especialmente em idosos. Além de ser a principal causa de acidente vascular cerebral (AVC, conhecido como derrame cerebral), a hipertensão arterial está diretamente relacionada ao infarto do miocárdio (ataque cardíaco) e à insuficiência cardíaca (falência do coração ao bombear sangue)

Mais de 70% das pessoas acima de 70 anos têm hipertensão arterial, mas é possível que a verdadeira proporção esteja subestimada, pois muitos pacientes não têm o diagnóstico correto. Diabetes, sedentarismo, obesidade, estresse emocional, uso abusivo de sal e herança genética são os fatores que mais contribuem para o desenvolvimento de hipertensão arterial. “Para se prevenir da patologia basta abusar dos hábitos saudáveis, não consumir álcool em excesso, perder peso, fazer atividade física regularmente e visitar o médico periodicamente”, completa o cardiologista.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente propositura.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 540/11

Projeto de Lei nº. 540/11
Autor: Deputado Dr. Batista.

Súmula: Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, o Dia Estadual de Prevenção aos Acidentes Vasculares Cerebrais - AVC, a ser comemorado anualmente no dia 01 de novembro.

EMENTA: INSTITUIÇÃO DO DIA ESTADUAL DE PREVENÇÃO AOS ACIDENTES VASCULARES CEREBRAIS - AVC. MANIFESTAÇÃO CULTURAL. POSSIBILIDADE. ARTS. 24 E 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS. 65 E 190 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dr. Batista, objetiva instituir o dia estadual de prevenção aos acidentes vasculares cerebrais - AVC, que será comemorado anualmente no dia 01 de novembro, a fim de que sejam realizadas ações para promoção, proteção e apoio à prevenção dessa patologia que atinge mais de 70% das pessoas acima de 70 anos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Analisando o Regimento Interno desta Casa de Leis, visualizamos a competência do nobre Deputado para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (Grifo nosso)

Corrobora deste entendimento, a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL determina ainda, que a cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A Carta Magna, ciente da importância da instituição de datas comemorativas como meio de difusão da cultura nacional, autorizou sua fixação por meio de iniciativa legislativa:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso as fontes de cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais:

(...)

§ 2º: A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. (grifos nossos)

Cumpre também abordar a previsão constitucional federal, artigo 24, XII, que dispõe sobre a competência da União, Estados e Municípios para legislar concorrentemente no que diz respeito à defesa da saúde, sendo, ainda, prerrogativa do Estado em garantir o acesso à saúde, mediante políticas sociais que visem a redução do risco de doença e de outros agravos.

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XII – previdência social, proteção e defesa da saúde;

(Grifo nosso).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art.196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
(grifo nosso)

Neste sentido, é o que está posto no artigo 167 da Constituição Estadual, cuja redação dita que a saúde deve ser estabelecida pelo poder público através de sua promoção, proteção e recuperação. A ênfase constitucional, nesse aspecto, está pautada em iniciativas e políticas de prevenção que combatam a proliferação de patologias.

No entanto, vislumbra-se da presente proposição o avanço nos aspectos da prevenção, todavia, tão somente para atribuir um dia por ano para a conscientização da população sobre a importância da prevenção dessa patologia.

Diante disso, considerando que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa.

Verificado os requisitos constitucionais formais, afere-se que as proposições respeitam, igualmente, as demais normas constitucionais de cunho material, bem como, as normas infraconstitucionais.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




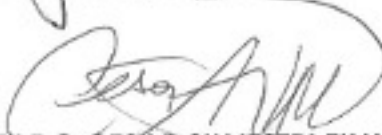
Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 27 de Julho de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO
RELATOR

Concedida Votação
Senhor Deputado
Odemar Traiane
Em, 27, 09, 2011.
CCJ

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 540/2011

O Projeto de Lei nº 540/2011, em análise, de autoria do Deputado Dr. Batista, institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Dia Estadual de Prevenção aos Acidentes Vasculares Cerebrais - AVC.

A Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer favorável à Proposição.

Trata-se de Projeto que estabelece a data de 1º de novembro de cada ano como dia alusivo à Prevenção aos Acidentes Vasculares Cerebrais – AVC, doença cardiovascular frequente na população, na sua maioria em idosos, que sofrem de hipertensão arterial, vitimando-as na maioria das vezes.

Entendemos que a iniciativa merece apoio, na medida em que serão realizadas atividades visando a conscientização e prevenção da doença, buscando proporcionar à população uma vida com hábitos saudáveis, auxiliando-a a evitar esse mal que afeta os paranaenses.

Diante do exposto, esta Comissão chamada a exarar parecer com base no Art. 33-I, do Regimento Interno, manifesta parecer FAVORÁVEL, opinando pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

Deputado TONINHO WANDSCHEER

Relator

Deputado

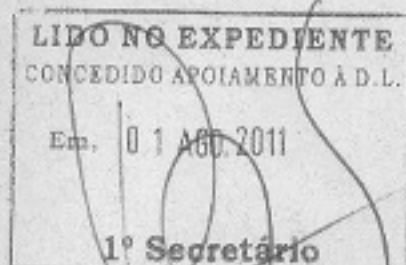
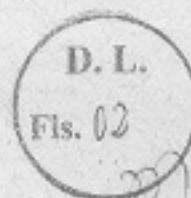
Presidente

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Hermas Junior

PROJETO DE LEI Nº

589/11



Súmula: Assegura o acesso gratuito, aos menores de 12 (doze) anos acompanhados de responsável, às atividades desportivas realizadas em Estádios e Ginásios localizados no Estado do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ,

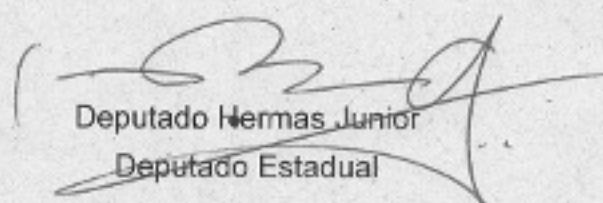
Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica assegurado o acesso gratuito aos menores de 12 (doze) anos que estejam acompanhados de responsável, às atividades desportivas realizadas em estádios e ginásios localizados no Estado do Paraná

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, de de 2011

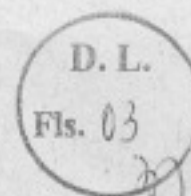

Deputado Hermas Junior
Deputado Estadual

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Salette, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3, andar
Curitiba-PR, CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br

1431 01/08/2011 085694 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Gabinete do Deputado Hermas Junior



JUSTIFICATIVA

As normativas que nos regem, desde a Constituição Federal, em seu artigo 227, até o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8069/90), em seus artigos 3º, 4º, 59 dentre outros, referem-se ao **convívio familiar e ao lazer como atos constitutivos da proteção integral a ser destinada às crianças e adolescentes.**

Os Jogos de Futebol, consagrados como "Grande Paixão Nacional", é uma das principais, senão muitas vezes a única forma acessível de lazer para muitos brasileiros. Devolver aos estádios o caráter lúdico e familiar tem sido um desafio enfrentado por todos os envolvidos com o futebol, desde os meios de comunicação, a segurança pública, até os clubes e os atletas, interessados em manter vivo o esporte que mais mobiliza nossas emoções. Além disso, o convívio familiar desperta na criança e no adolescente a mais importante dentre nossas emoções, mormente quando compartilhados da emoção do esporte.

O alto custo para assistir a um jogo, seja de futebol ou outros esportes, considerando o transporte coletivo, ingressos e alimentação, é um dos obstáculos para que a maioria das famílias brasileiras possam ocupar os estádios. A Constituição da República Federativa do Brasil, no art. 217, § 3º, dispõe que "**o poder público incentivará o lazer como forma de inclusão social**".

Garantir a gratuidade do acesso aos estádios para as crianças acompanhadas de seus responsáveis, além de instrumento para inclusão social, promoção explícita da convivência familiar, sintonia com os apelos pela Paz nos estádios, contribui também com a formação dos futuros torcedores.

O lazer funciona como fonte geradora de energia e bem-estar do indivíduo. Além de todos esses benefícios que o lazer traz para o desenvolvimento físico e mental das pessoas, atua como importante instrumento de agregação social, combatendo as diversas formas de discriminação social.

Já há normas similares à matéria apresentada. As Normas Orgânicas do Futebol Brasileiro – RD. NR. 01/91, aprovada pela Diretoria da CBF em reunião realizada em 21 de fevereiro de 1991, determina em seu Art. 83 o que segue:

Art. 83º - Os menores de doze anos de idade estão isentos do pagamento de ingressos nos jogos dos campeonatos brasileiros de futebol profissional

§ 1º - O pai ou responsável legal do menor a que se refere o item anterior deverá solicitar da Federação local a expedição da respectiva credencial,

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Salette, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. andar
Curitiba-PR, CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

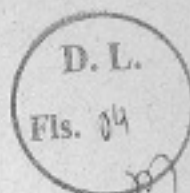
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Gabinete do Deputado Hermas Junior

mediante prova da menoridade estabelecida neste artigo.

Da mesma forma, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, promulgou a Lei nº 4.476, de 28 de dezembro de 2004, que registra matéria similar, assim como, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Considerando o exposto, contamos com o acolhimento dos Senhores Deputados e das Senhoras Deputadas para que a presente proposição, após a tramitação e aprovação nesta Casa Legislativa, seja sancionada pelo Senhor Governador do Estado.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 589/2011

Projeto de Lei nº 589/2011.

Autor: Deputado Estadual Hermas Brandão Junior

Súmula: Assegura o Acesso Gratuito, aos menores de 12 (Doze) anos acompanhados de Responsável, às Atividades Desportivas realizadas em Estádios e Ginásios localizados no Estado do Paraná.

EMENTA: DIREITO DA CRIANÇA, DO JOVEM E DO ADOLESCENTE AO LASER. ACESSO GRATUITO, AOS MENORES DE 12 (DOZE) ANOS ACOMPANHADOS DE RESPONSÁVEL, ÀS ATIVIDADES DESPORTIVAS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PARLAMENTAR AFERIDA. ART. 65 DA CE E ARTS. 121 E 124, DO REGIMENTO INTERNO. DIREITO SOCIAL AO LASER, ART. 6 DA CF. DIREITO ASSEGURADO PELO ESTADO E PELA FAMÍLIA, ART. 217 E 277, DA CF. DIREITO ASSEGURADO TAMBEM PELAS NORMAS ORGÂNICAS DO FUTEBOL BRASILEIRO, ART. 83, § 1º, DA RDI Nº 01/91. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORAVEL NA FORMA DA EMENDA SUPRESSIVA.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Hermas Brandão Junior, tem por finalidade assegurar o Acesso Gratuito, aos menores de 12 (Doze) anos acompanhados de Responsável, às Atividades



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Desportivas realizadas em Estádios e Ginásios localizados no Estado do Paraná, tendo como objetivo garantir o lazer e o convívio em família.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 65, a Assembléia pode iniciar o processo legislativo para propositura de projetos de lei, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Corroborando com tal entendimento, o REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ, dispõe em seu artigo 121 e 124, senão vejamos:

Art. 121. A Assembléia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 1º Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência da Assembléia com a sanção do Governador, nos termos da Constituição do Estado.

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso).

No que diz respeito assegura o acesso gratuito, aos menores de 12 (doze) anos acompanhados de responsável, às atividades desportivas realizadas em Estádios e Ginásios localizados no Estado do Paraná, a CONSTITUIÇÃO FEDERAL, estabelece o lazer como direito social, senão vejamos:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (grifo nosso).

Corroborando com tal entendimento, a CONSTITUIÇÃO FEDERAL estabelece ainda como sendo dever do Estado o fomento a prática desportiva, observando o lazer como forma de promoção social, e como sendo dever do Estado e da família a garantia à criança, ao jovem e ao adolescente o direito ao lazer, senão vejamos:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

§ 3º - O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Não obstante as garantias constitucionais, as Normas Orgânicas do Futebol Brasileiro, a RDI Nº 01/91, aprovado pela Confederação Brasileira de Futebol, já garante aos menores de doze anos o acesso gratuito em jogos do Campeonato Brasileiro, senão vejamos:

ART. 83 - Os membros de doze anos de idade estão isentos do pagamento de ingressos nos jogos dos Campeonatos Brasileiros de Futebol Profissional.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

§ 1 - O pai ou responsável legal do menor a que se refere o item anterior deverá solicitar da federação local a expedição da respectiva credencial, mediante prova da menoridade estabelecida neste artigo.

Diante do exposto, resta claro que o presente projeto de lei encontra-se revestido de constitucionalidade e legalidade, não encontrando óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o artigo 2º do projeto de lei ora analisado viola a **LEI COMPLEMENTAR 95/98**, tendo em vista que tal artigo determina que "ficam revogadas as disposições em contrário", senão vejamos:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Assim, sugere-se a **Emenda Supressiva** em anexo, com fulcro no artigo 137, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, visando sanar este vício, suprimindo o artigo 2º do Projeto de Lei.

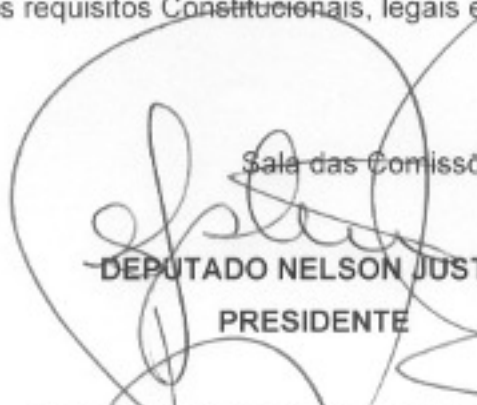


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA SUPRESSIVA** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



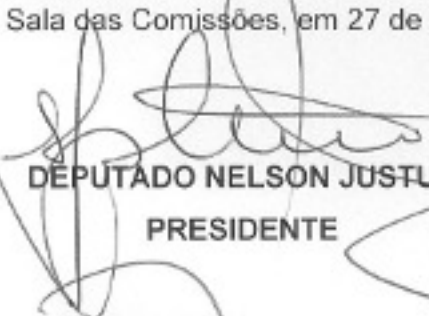
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA SUPRESSIVA - PROJETO DE LEI N.º 589/11




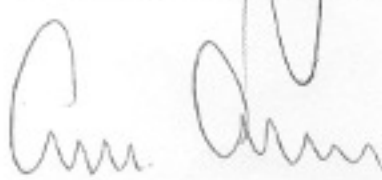
Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Supressiva, tendo como finalidade suprimir parte do artigo 2º, que contará com a seguinte redação:

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27 de setembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR





Praça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E
DO IDOSO

Projeto de Lei nº 589/2011

Autoria: Deputado HERMAS JUNIOR

O Projeto de Lei nº 589/2011, de autoria o nobre Deputado Hermas Junior, tem como objetivo assegurar o acesso gratuito aos menores de 12 anos, acompanhados de responsável, às atividades desportivas realizadas em estádios e ginásios localizados no Estado do Paraná, com vistas ao lazer e convívio familiar.

O mencionado projeto já obteve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, com Emenda supressiva.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

24

Analisando a proposição, esta Comissão entende não haver qualquer óbice à sua normal tramitação, até porque, aprovado, o projeto virá beneficiar um grande número de crianças/adolescentes, razão porque, nosso parecer é pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2011.

Deputada ROSE LITRO

Presidente

Deputado CAIO QUINTANA

Relator

17.10.11



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Esportes

PARECER

Projeto de Lei nº 589/11

Autor: DEP. HERMAS BRANDÃO JUNIOR

Súmula: Assegura o acesso gratuito aos menores de 12 (doze) anos acompanhados de responsável, às atividades desportivas realizadas em Estádios e Ginásios localizados no Estado do Paraná.

O Projeto de Lei em análise tem como escopo assegurar o acesso gratuito aos menores de 12 (doze) anos acompanhados de responsável, às atividades desportivas realizadas em Estádios e Ginásios localizados no Estado do Paraná.

Aprovada sua constitucionalidade, o presente Projeto recebeu parecer favorável quanto ao mérito nas demais comissões, passando então a esta Comissão para que, de acordo com as atribuições regimentais, se manifeste acerca de sua viabilidade. É o que dispõe o Regimento Interno da ALEP/PR:

Art. 33-S Compete à Comissão de Esportes manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à prática, incentivo e difusão de todas as modalidades de esportivas.

Assim sendo, em não havendo nenhum óbice quanto ao mérito da proposição em tela, bem como restando evidente a importância da matéria, esta Comissão se manifesta exarando parecer FAVORÁVEL ao Projeto em questão.

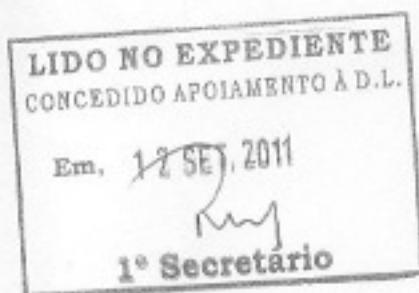
Sala das Comissões, em 23/11/11

DEPUTADO NEY LEPREVOST
PRESIDENTE

DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR



PROJETO DE LEI Nº 736/11



Súmula: Denomina **Régis Miranda Revelino** a Rodovia PR-092 até a PR 153, ligando os Municípios de Joaquim Távora ao Município de Guapirama, conforme especifica.

Art. 1º. Fica denominada **Régis Miranda Revelino**, a Rodovia PR-092 até a PR 153, ligando os Municípios de Joaquim Távora ao Município de Guapirama.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em


Hermas Junior
Deputado Estadual

15406 12/09/2011 08:02:29 Nº ASSUNTO: L1131.01100 00 180046



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa homenagear **REGIS MIRANDA REVELINO**, um jovem tavorense, de 21 anos, filho do atual prefeito de Joaquim Távora e ex-presidente da AMUNORPI (Associação dos Municípios do Norte Pioneiro) Claudio Revelino, que faleceu no dia 08 de abril de 2011, em um trágico acidente de trânsito de grande repercussão regional e estadual.

Além de Régis Miranda Revelino, Felipe Oliveira, que dirigia o veículo no momento do acidente, de 24 anos e Lincoln Henrique Lente, de 25 anos, vieram a falecer.

Os jovens voltavam do município de Fartura (SP), onde participaram da EXPOFAR (Exposição de Fartura). Eram todos estudantes, com uma vida inteira pela frente, as quais foram interrompidas em decorrência de mais um acidente de trânsito que ocorre em nossas rodovias, vitimando e destruindo sonhos.

Tal Projeto de Lei, além de homenagear a nobre família do norte pioneiro, também visa alertar a todos os cidadãos do Estado do Paraná, sobre a gravidade dos acidentes, sobre a necessidade de maior atenção no trânsito e sobre o quão perigoso um veículo pode se tornar, se as leis de trânsito não forem respeitadas.

Por isso, peço aos meus pares que votem favoravelmente a este Projeto de Lei.

•



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO 736/2011

Projeto de Lei nº 736/2011

Autor: Deputado Estadual Hermas Brandão Junior

Súmula: Denomina Régis Miranda Revelino a Rodovia PR-092 até a PR-153, ligando os Municípios de Joaquim Távora ao Município de Guapirama, conforme específica.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA.
DENOMINAÇÃO DE RODOVIA.
POSSIBILIDADE. ART. 238, DA
CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 55 DA
LEI FEDERAL 8761/88. PARECER DO
DER/PR RELATANDO A INEXISTÊNCIA DE
DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE.
CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO.
PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Hermas Brandão Junior, tem por objetivo denominar a Rodovia PR 092 até a PR-153, ligando os Municípios de Joaquim Távora ao Município de Guapirama, de Régis Miranda Revelino, tendo em vista sua importância.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O artigo 65 da **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO** determina que qualquer membro da Assembléia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, que é vedada a alteração de nomes do



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



patrimônio publico estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Além disso, a **LEI ESTADUAL Nº. 8761/88** também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme Ofício da **SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM – DER**, o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice no na **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**, que dispõe sobre a técnica legislativa.

•



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.

17

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 18 de Outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

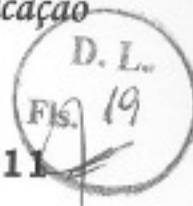
PRESIDENTE


DEPUTADO TADEU VENERI

RELATOR



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 736/2011



Projeto de Lei nº 736/2011
Autor: Deputado Hermas Junior

Súmula: Denomina Régis Miranda Revelino A Rodovia Pr-092 até a PR 153, Ligando os Municípios de Joaquim Távora ao Município de Guapirama, conforme específica.

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei tem por escopo denominar de Régis Miranda Revelino a rodovia PR-092 até a PR 153, ligando os municípios de Joaquim Távora ao município de Guapirama.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº736/2011**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva homenagear um cidadão que em muito contribuiu com a história do município de Joaquim Távora.

Cumpre a nós destacar que "*Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos*", nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

O projeto em questão visa homenagear um ilustre cidadão, **REGIS MIRANDA REVELINO**, um jovem de 21 anos filho do atual prefeito de Joaquim Távora e ex presidente da AMUNORPI (Associação dos Municípios do Norte Pioneiro, que faleceu em um trágico acidente na Rodovia.

Ao analisarmos o mérito da matéria, destacamos a importância do processo em uma homenagem de interesse de todos os cidadãos. O **Projeto de Lei 736/11** em análise desta Comissão, no que justifica-se, estará atendendo uma solicitação vinda da própria população, evidenciando de forma clara o mérito proposto, já que a partir da presente proposta a Rodovia Pr-092 até a PR 153 terá sua denominação em uma homenagem de forma digna ao trecho citado.



III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, relevo o Parágrafo único como embasamento de meu parecer, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (**Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná**).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar de sua competência de forma a trabalhar os direitos humanos e a busca de mecanismos que atendam o interesse da população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para prosseguir sua tramitação.

IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, desta forma opto pela **Aprovação** do referido **Projeto de Lei 736/11**, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 08 de novembro de 2011.



MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão



PASTOR EDSON PRACZYK

Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 736/11

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Deputado Hernas Junior, tem por finalidade denominar Regis Miranda Revelino a rodovia PR – 092 até a PR – 153, ligando os Municípios de Joaquim Távora ao Município de Guarapirama, conforme especifica.

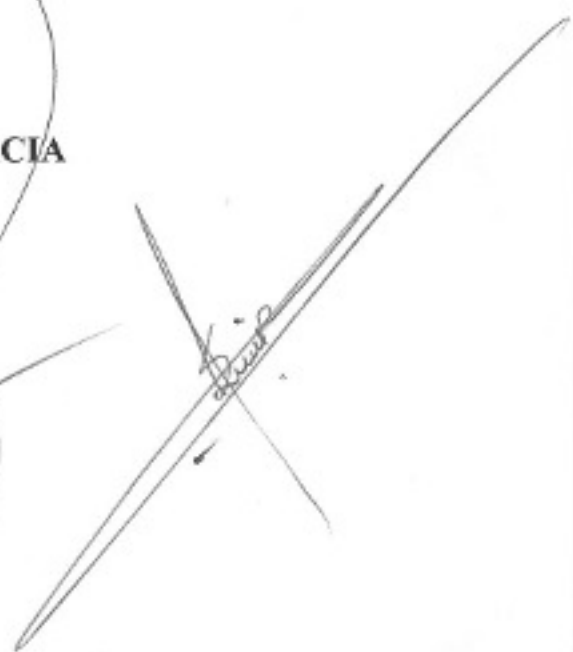
Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a se manifestar, entendendo ser a matéria de suma importância, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 2011.


DEPUTADO NELSON GARCIA
Presidente


Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PROJETO DE LEI Nº

743/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 13 SET 2011

1º Secretário

Súmula: Concede Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Reginaldo Czezacki.

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Reginaldo Czezacki.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 2011.


DR. BATISTA
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa conceder o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Reginaldo Czezacki, nasceu e cresceu no Município Ponta Grossa, filho de Poloneses, sua origem é simples, seu pai o Senhor Aleixo, foi motorista de ônibus e sua mãe Senhora Rosália, costureira. Sempre primaram por boa educação, formação, princípios de integridade e honestidade. Aos 24 anos mudou-se para Maringá, acreditava na Região e naquele tempo, em 1992, trazia com sua família e sua esposa a Senhora Helena Czezacki, um espírito de luta, perseverança e determinação com essas premissas iniciou sua atividades comerciais e sua vida na Cidade de Maringá.

O seu vasto curriculum vitae, em anexo, justifica a proposição ora apresenta e que esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 743/2011

Projeto de Lei nº 743/2011

Autor: Deputado Estadual Dr. Batista

Súmula: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO DO ESTADO DO PARANÁ AO SENHOR REGINALDO CZEZACKI.

EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Dr. Batista, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná **AO SENHOR REGINALDO CZEZACKI.**

FUNDAMENTAÇÃO

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.

(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

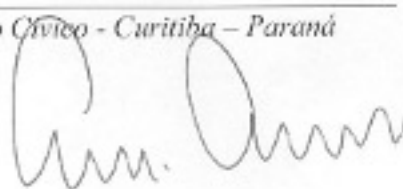
CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, **opina-se pela APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 18 de outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



PROJETO DE LEI N.º 901/2011

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a estadualizar os trechos que especifica.

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar os seguintes trechos rodoviários:

I – Entroncamento da PRC-466 - Sede do Município de Arapuã, com extensão de 7,19 km;

II – Entroncamento da PRC-466 - Sede do Município de Boa Ventura de São Roque, com extensão de 10,70km;

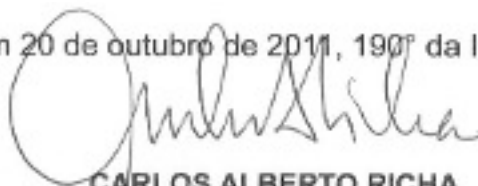
III – Entroncamento da PR-364 - Sede do Município de Campina do Simão, com extensão de 27,18 km;

IV – Entroncamento da PR-449 - Sede do Município de Coronel Domingos Soares, com extensão de 13,41 km.

V - Entroncamento da PR-481 (Ampére) - Entroncamento PR-878 (Pinhal de São Bento) – 16.5 km,

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 20 de outubro de 2011, 190º da Independência e 123º da República.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

MENSAGEM N.º 75/2011

Curitiba, 20 de outubro de 2011

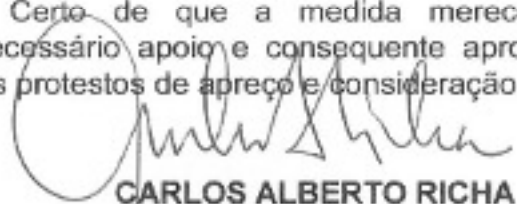
Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a estadualizar os trechos rodoviários que especifica, que compõe o Programa de Ligação de Sedes Municipais à Rede Rodoviária Estadual, para fins de apreciação por essa Assembleia Legislativa.

Inicialmente, cumpre ressaltar que a presente proposta visa atender ao interesse público, uma vez que a estadualização dos citados trechos rodoviários contribuirá no desenvolvimento socioeconômico dos municípios de Arapuá, Boa Ventura de São Roque, Campina do Simão, Coronel Domingo Soares e Ampere, melhorando o acesso de suas populações aos serviços públicos ofertados nos grandes centros urbanos.

Ressaltamos que o programa ora proposto foi elaborado com base nas manifestações de moradores, lideranças comunitárias e políticas, sendo de grande interesse para os municípios.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado Valdir Rossoni
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
N/CAPITAL

Prot. Nº: 07.926.875-51 (p/vot)



ESTADO DO PARANÁ
Casa Civil
Coordenadoria Técnico - Legislativa

Ofício nº 5180/2011 – CTL-LPHH

Curitiba, 29 de novembro de 2011.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 30 NOV. 2011

Amaral
1º Secretário

Solicito a Vossa Excelência os préstimos no sentido de substituir a Mensagem de nº. 75/2011, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar os trechos rodoviários que especifica, que compõem o Programa de Ligação de Sedes Municipais à Rede Rodoviária Estadual, pela Mensagem em anexo.

Cumprе ressaltar que a presente substituição se dá com o intuito de corrigir a súmula e incluir um trecho rodoviário que antes não era contemplado na Mensagem ora substituída.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Durval Amaral
Durval Amaral

Secretário Chefe da Casa Civil

Excelentíssimo Senhor

Valdir Rossoni

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

N/Capital

14:33 30/11/2011 009751 09 150601111010107100 00 10346



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER

Projeto de Lei nº. 901/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 075/11

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a estadualizar os trechos que especifica.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo, tem por escopo estadualizar os seguintes trechos rodoviários:

- PRC-446 no município de Arapuã, com extensão de 7,19Km;
- PRC-466 no município de Boa Ventura de São Roque, com extensão de 10,70Km;
- PR-364 no município de Campina do Simão, com extensão de 27,18Km;
- PR-449 no município de Coronel Domingos Soares, com extensão de 13,41Km e;
- Entroncamento da PR-481 (Ampére) – Entroncamento PR-878 (Pinhal de São Bento) – 16.5 km.

Ainda, cabe ressaltar que o projeto de lei ora em tela foi devidamente retificado no sentido de corrigir sua súmula e acrescentar trecho rodoviário.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º A Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

...

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Destarte, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, o parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, de dezembro de 2011.

DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEP. ELIO RUSCH
RELATOR

Pedro Lupian - Relator